



ambilital

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



**continuamos
A CRESCER**

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS EXERCÍCIO 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017 E 2016.....
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....
- ANEXO (PERÍODO DE 2017).....
- MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS DE 2017.....

Handwritten signature and initials.

ÍNDICE

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	2
2.	ACTIVIDADE DA EMPRESA	3
3.	SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	5
4.	OBJETIVOS, INDICADORES E METAS.....	11
5.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	13
6.	VALORES DE CONTRAPARTIDA E SISTEMA TARIFÁRIO.....	15
7.	RECURSOS HUMANOS.....	16
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	16
9.	INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	17
10.	EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO	17
11.	MENÇÕES FINAIS DE OBSERVÂNCIA LEGAL	18

ANEXOS

Relatório de Boas Práticas do Governo Societário

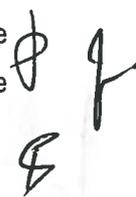
Demonstrações Financeiras

Handwritten marks:
F
S

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM foi constituída, nos termos da lei n.º 58/98, de 18 do Agosto, Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais – a qual foi entretanto revogada pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei 69/2015 de 16 de Julho, que estatui o regime jurídico do sector empresarial local -, com o fim de gerir o Sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos urbanos da área territorial dos Municípios Associados da AMAGRA.

1. O capital social da AMBILITAL, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00€), e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000€), pertencente à AMAGRA - Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, e a outra com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00€), pertencente à sociedade SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA.
2. São sócias da AMBILITAL a AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.;
3. A AMAGRA, detentora de uma participação de capital de 51%, é uma Associação dos Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines e tem por objecto, entre outros, projectar, implementar e gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos urbanos dos seus Municípios Associados;
4. Os Municípios da AMAGRA são titulares de um Sistema Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Urbanos constituído por um Aterro Sanitário, Central de Triagem, Sistema de Vidro, Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem, Ecocentro e Central de Valorização Energética, Unidade de produção de CDR (em Ermidas-Sado), uma Unidade de Valorização de Resíduos de Construção e Demolição e quatro Estações de Transferência/Ecocentros (em Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Odemira) e três Ecocentros (Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Sines) devidamente equipados, destinados à recepção, transferência, tratamento e valorização, dos RU provenientes das recolhas municipais dos Municípios seus Associados.
5. A SUMA, detentora de uma participação de capital de 49%, é uma sociedade comercial que opera na Área da gestão de resíduos sólidos, com experiência comprovada na recolha, valorização, tratamento e deposição final de resíduos, dominando, entre outras, as tecnologias ligadas à recolha selectiva, triagem de



materiais, valorização de resíduos por compostagem e ainda deposição final de resíduos urbanos em aterro sanitário;

6. A AMBILITAL foi constituída por escritura pública em 5 do Março de 2001 e iniciou a sua actividade em 13 do Março de 2001. Os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 5 do Junho do 2001 (III Série DR n.º 130);
7. Foi celebrado entre a AMAGRA e a AMBILITAL em 23 de Julho de 2015 o contrato de Gestão Delegada;
8. A empresa tem a sua sede no Monte Novo dos Modernos, freguesia de Ermidas do Sado, concelho de Santiago do Cacém.

2. ACTIVIDADE DA EMPRESA

A AMBILITAL é a empresa responsável pelo acompanhamento da conclusão do investimento inicial efectuado pela CIMAL enquanto AMLA e pela AMAGRA, e pela exploração e gestão das infra-estruturas respectivas, bem como pela avaliação e promoção dos investimentos de ajustamento do Sistema considerando as condições actuais de produção de RU.

Nos termos dos documentos previsionais para o exercício de 2017 constituíram pressupostos fundamentais da actividade da empresa para o presente exercício:

1. O reforço da estrutura de gestão do *Sistema*, dotando a empresa das condições necessárias à centralização de competências, afirmando-a como a entidade de referência para a concepção, investimento e gestão em serviços públicos para a recolha e tratamento de RU;
2. Manter a capacidade do Sistema e ampliar as actividades da empresa e a sua resposta às crescentes exigências de gestão de um maior fluxo de resíduos e do cumprimento da estratégia prevista no PERSU 2020, cujas metas para 2017 e para 2020, a fim de dar cumprimento ao mesmo, são:

Tabela 11 – Metas a cumprir pela AMBILITAL de acordo com o Despacho 3350/2015 (PERSU 2020).

AMBILITAL Meta/ano	2017 Despacho 3350/2015 PERSU 2020	2020 Despacho 3350/2015 PERSU 2020
Preparação para a reutilização e reciclagem (%)	45	80
Deposição de RUB em aterro (%)	50	10
Retomas de recolha selectiva (kg/hab.ano)	40	48

Handwritten initials/signature

Constituíram actividades relevantes da empresa em 2017:

- Operação de consolidação das zonas de exploração do aterro com vista ao início da selagem;
- Preparação e lançamento dos procedimentos de contratação pública para a execução da primeira fase de selagem;
- Acompanhamento do processo de análise das candidaturas "Ampliação e otimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos" e "Otimização e ampliação da rede de recolha seletiva". Candidaturas apresentadas no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020 e aprovadas em Outubro de 2017 com as seguintes condições:
 - a) Candidatura "Ampliação e otimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos", com um investimento elegível de 4.995.901,11 euros, co-financiada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado a 21 de novembro de 2017;
 - b) Candidatura "Otimização e ampliação da rede de recolha seletiva", com um investimento elegível de 4.007.215,44 euros, co-financiada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado em 21 de novembro de 2017.
- Candidatura "AMBILITALZERO", investimento candidatado no valor total de 95.856,06 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020)", no âmbito das ações de educação e sensibilização com vista a valorização de Resíduos Urbanos;
- Conclusão do processo de renovação da Licença Ambiental da AMBILITAL;
- Candidatura, a qual foi objecto de aprovação, de uma Unidade de Pequena Produção (UPP) de 250kW a biogás, tendo sido elaborado o projecto, contratação e início da execução, construção e instalação, cujo investimento ronda os 350.000€;
- Desenvolvimento, implementação da solução técnica de adaptação dos Ecocentros de Ferreira do Alentejo e Aljustrel para recepção de RU e elaboração dos procedimentos de contratação pública, investimento posteriormente executado pela AMAGRA;
- Implementação de medidas para o aumento da valorização dos resíduos verdes, e consequente contributo para o desvio de RUB de aterro;
- Estudo e definição de solução de secagem de CDR. A Unidade de Produção de CDR, ficou capacitada em 2016 para trabalhar em velocidade cruzeiro. Em 2017 esta unidade funcionou em regime descontinuo. No

sentido de garantir uma diminuição do custo e garantir a valorização do CDR, correspondendo aos requisitos de mercado, que em Portugal é exclusivamente o cimenteiro, em 2017 a AMBILITAL estudou soluções de secagem de CDR no sentido de ter uma solução implementada em 2018. Apesar de nenhuma outra industria receber CDR, a AMBILITAL promoveu contactos com outras entidades no sentido do seu CDR poder ser utilizado como combustível de substituição para produção de energia elétrica para venda ou autoconsumo. No entanto, não se obteve resposta positiva.

- Revisão do PAPERSU da AMBILITAL no sentido da sua adequação à realidade e sua submissão à APA (aguarda-se parecer).

No que diz respeito à Implementação do Plano Ação (PAPERSU) apresentado pela AMBILITAL às entidades competentes no âmbito do PERSU 2020, 2017 marcou o início dos investimentos e actividades candidatados bem como a continuação da apresentação de candidaturas no âmbito do POSEUR.

A Comissão Diretiva do POSEUR, procedeu à aprovação das candidaturas apresentadas pela AMBILITAL em 2015, nomeadamente a "Ampliação e optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos, a 6 de Outubro de 2017 e da "Optimização e ampliação da rede de recolha selectiva" em 4 de Outubro de 2017. A aprovação tardia destas candidaturas não permitiu que fosse realizado o investimento previsto em 2017.

No que diz respeito às actividades da Ambilital como entidade gestora do sistema intermunicipal da AMAGRA, o ano de 2017 marca o 1º ano completo em que a Ambilital cessou, ou reduziu ao mínimo essencial de serviço público, as actividades acessórias/não reguladas, nomeadamente cessou o serviço de receção de resíduos não urbanos, permitindo assim afetar todos os meios e infraestruturas, que estavam antes afetos a esta actividade, à gestão de RU e concentrar as suas actividades no cumprimento das metas estipuladas no PERSU 2020 e de acordo com as recomendações da ERSAR. Mantêm-se no entanto a recolha de OUA e a recepção dos RCD provenientes de obras particulares isentas de licença e não submetidas a comunicação prévia, cuja gestão cabe aos municípios nos termos da lei, cumprindo-se sempre o Regulamento Tarifário no que diz respeito ao equilíbrio destas actividades, prevendo-se em 2018 a extinção definitiva das actividades não reguladas.

3. SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Sistema Intermunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos da AMAGRA é constituído pelo Aterro Sanitário, Central de Triagem, Sistema de Vidro, uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem, uma Unidade de Produção de CDR, uma Central de Valorização Energética, quatro Estações de Transferência/ Ecocentro localizadas em Odemira, Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém e de três Ecocentros localizados em Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Sines.



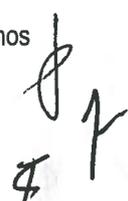
3.1 Entrada de Resíduos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL

Tabela 2 - Tabela de entradas no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL em 2017 e 2016, em toneladas e diferencial em toneladas e percentagem.

	Destino	Tipo de operação	Quantidade	Quantidade	Diferencial (t)	Diferencial (%)
			recebida 2017 (t)	recebida 2016 (t)		
RESÍDUOS COM ORIGEM URBANA OU EQUIPARADA						
Resíduos Indiferenciados	Aterro Sanitário	Eliminação	20397,27	24664,09	-4 266,82	-17,30
Resíduos Indiferenciados	UTM	Valorização	36186,16	32595,00	3 591,16	11,02
Resíduos Biodegradáveis (verdes)	Valorização orgânica	Valorização	1040,14	66,68	973,46	1 459,90
TOTAL (RU1)			57623,57	57325,77	297,80	0,52
Papel/Cartão	Central de Triagem	Valorização	2185,02	2085,91	99,11	4,75
Embalagens Plásticas e Metálicas	Central de Triagem	Valorização	1095,68	1036,74	58,94	5,69
Embalagens de Vidro	Ecocentro	Valorização	1793,10	1766,75	26,35	1,49
TOTAL (RU2)			5073,80	4889,40	184,40	3,77
Embalagens de Madeira	Ecocentro	Valorização	149,94	143,40	6,54	4,56
REEE	Ecocentro	Valorização	157,65	140,40	17,25	12,28
Pilhas	Central de Triagem	Valorização	3,78	4,54	-0,76	-16,80
OAU	Ecocentro	Valorização	28,91	24,79	4,12	16,61
Metais	Ecocentro	Valorização	77,96	63,97	13,99	21,87
Rolhas de cortiça	Ecocentro	Valorização	0,12	0,08	0,04	43,75
Outras embalagens	Ecocentro	Valorização	0,94	0,11	0,83	777,57
TOTAL (RU3)			419,29	377,29	42,00	11,13
TOTAL RU			63116,66	62592,45	524,21	0,84
RESÍDUOS NÃO URBANOS						
Óleos Hidráulicos	Ecocentro	Valorização	0,20	0,39	-0,19	-48,72
Pneus	Ecocentro	Valorização	492,21	522,72	-30,51	-5,84
Tonners	Central de Triagem	Valorização	0,55	1,23	-0,68	-55,28
Acumuladores de chumbo	Ecocentro	Valorização	0,00	0,02	-0,02	-100,00
RCD	Unidade RCD	Valorização	31,60	925,14	-893,54	-96,58
TOTAL RNU			524,56	1449,50	-924,94	-63,81

Globalmente verifica-se que os resíduos com origem urbana ou equiparada recebidos apresentam um aumento de 524,21t (+0,84%) e os resíduos com origem não urbana uma diminuição de 924,24t (-63,81%).

A diminuição acentuada nos resíduos com origem não urbana está relacionada com o facto de ser o 1º ano completo em que a Ambital cessou as suas atividades não reguladas ou as reduziu ao mínimo essencial de serviço público. Mantêm-se no entanto a recolha de OUA e a recepção dos RCD provenientes de obras particulares isentas de licença e não submetidas a comunicação prévia, cuja gestão cabe aos municípios nos termos da lei.



Verifica-se que os resíduos recicláveis provenientes da recolha selectiva tiveram um aumento de 184,40 (+3,77%).

Importa salientar que 64,60% dos resíduos indiferenciados + verdes recebidos no SGR foram tratados na Unidade de Tratamento Mecânico/Valorização Orgânica. Resultado da implementação das medidas para o aumento da valorização dos resíduos verdes, verificou-se a passagem de uma valorização de verdes de 66t/anuais em 2016 para 1000t/anuais em 2017. Este desvio teve um impacto positivo na vida útil do aterro.

Sobre a sustentabilidade do Sistema, importa ler no ponto 6 as considerações sobre o novo modelo de cálculo dos valores de contrapartida e do Sistema Tarifário.

3.1.1 Aterro Sanitário

Em 2017, foram depositadas no aterro sanitário **44.328,48t** de resíduos provenientes dos municípios, de produtores privados e resíduos de produção da Ambital.

No que diz respeito às quantidades totais acumuladas, por ano, verifica-se a seguinte distribuição:

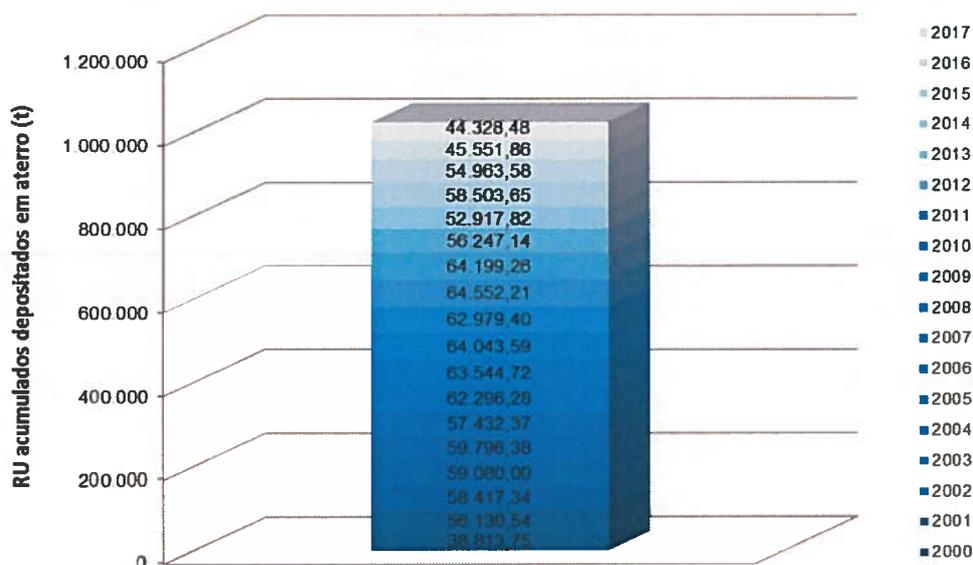


Gráfico 1 - Quantidade de resíduos depositada em Aterro por ano de exploração, em toneladas.

3.1.1.1 Ocupação/ Vida Útil do Aterro Sanitário

Foram depositados em Aterro desde o início da sua exploração até ao final do ano de 2017, **1.023.798,36 t** de resíduos.

De acordo com a licença Ambiental nº 624/0.1/2016 de 16 de Agosto, a capacidade licenciada do aterro é de **1.184.790,00t**.

[Assinaturas manuscritas]

Verifica-se que, nos termos da nova Licença Ambiental, a 31 de dezembro de 2017 está disponível 13,59% da capacidade do aterro em exploração.

Tabela 3 - Total de Resíduos depositados, volume ocupado e disponível no Aterro Sanitário até ao final de 2017.

Ano	RU depositados (t)	RU depositados acumulados (t)	Quantidade disponível (t)	Quantidade disponível (%)	Volume Ocupado (m3)	Volume		Densidade (t/m3)	Volume Ocupado (%)	Volume Disponível (%)
						Ocupado	acumulado			
2000	38.813,75	38.813,75	1.145.976,25	96,72	36.473	36.473	1,06	3,20	96,80	
2001	56.130,54	94.944,29	1.089.845,71	91,99	52.742	89.215	1,06	7,84	92,16	
2002	58.417,34	153.361,63	1.031.428,37	87,06	54.889	144.104	1,06	12,66	87,34	
2003	59.080,00	212.441,63	972.348,37	82,07	79.048	223.152	0,95	19,61	80,39	
2004	59.796,38	272.238,01	912.551,99	77,02	61.458	284.610	0,96	25,01	74,99	
2005	57.432,37	329.670,38	855.119,62	72,17	64.391	349.001	0,94	30,66	69,34	
2006	62.296,28	391.966,66	792.823,34	66,92	77.570	426.571	0,92	37,48	62,52	
2007	63.544,72	455.511,38	729.278,62	61,55	54.268	480.839	0,95	42,25	57,75	
2008	64.043,59	519.554,97	665.235,03	56,15	57.116	537.955	0,97	47,27	52,73	
2009	62.979,40	582.534,37	602.255,63	50,83	58.281	596.236	0,98	52,39	47,61	
2010	64.552,21	647.086,58	537.703,42	45,38	69.224	665.460	0,97	58,47	41,53	
2011	64.199,26	711.285,84	473.504,16	39,97	46.154	711.614	1,00	62,52	37,48	
2012	56.247,14	767.532,98	417.257,02	35,22	54.751	766.365	1,00	67,33	32,67	
2013	52.917,82	820.450,80	364.339,20	30,75	37.969	804.334	1,02	70,67	29,33	
2014	58.503,65	878.954,45	305.835,55	25,81	54.855	859.189	1,02	75,49	24,51	
2015	54.963,58	933.918,03	250.871,97	21,17	40.795	899.984	1,04	79,07	20,93	
2016	45.551,86	979.469,89	205.320,11	17,33	39.243	939.227	1,04	82,52	17,48	
2017	44.328,48	1.023.798,36	160.991,64	13,59	44.274	983.501	1,04	86,41	13,59	

Handwritten signature and initials

3.2. Saídas para reciclagem e valorização dos resíduos processados no Sistema de Gestão de Resíduos (SGR) da AMBILITAL

Tabela 4 - Tabela comparativa de resíduos encaminhados para valorização em 2017 e 2016, em toneladas e diferencial em toneladas e percentagem.

	2017		2016		Diferencial		
	Lotes	Quantidade definitiva	Lotes	Quantidade definitiva	Lotes	(t) (%)	
1. Recicláveis da Recolha Seletiva							
Embalagens de Vidro	70	1811,76	68	1770,26	2	41,50	2,34
Papel/ Cartão Embalagem	90	1444,80	87	1381,57	3	63,23	4,58
Papel Cartão Não Embalagem		431,57		490,39		-58,82	-12,00
ECAL	2	50,20	1	25,40	1	24,80	97,64
PET	11	122,00	11	121,70	0	0,30	0,25
PET cor + Óleos	4	39,42	4	41,30	0	-1,88	-4,55
EPS	1	1,90	2	2,92	-1	-1,02	-34,93
PEAD	6	75,44	4	47,60	2	27,84	58,49
Filme	6	139,18	5	114,86	1	24,32	21,17
Mistos 100 %	7	135,99	6	123,60	1	12,39	10,02
Mistos 80 %	4	42,20	7	84,28	-3	-42,08	-49,93
Mistos 20% Não embalagem		10,55		18,40		-7,85	-42,67
TOTAL Papel/Cartão Embalagem + ECAL	92	1495,00	88	1406,97	4	88,03	6,26
TOTAL EMBALAGENS PLASTICAS (não inclui ECAL)	41	556,12	39	536,26	2	19,86	3,70
Aço	4	83,84	4	72,60	0	11,24	15,48
Alumínio	1	5,28	1	6,30	0	-1,02	-16,19
TOTAL EMBALAGENS METALICAS	5	89,12	5	78,90	0	10,22	12,95
Madeira	18	140,62	30	150,96	-12	-10,34	-6,85
TOTAL EMBALAGEM	224	4092,63	230	3943,35	-6	149,28	3,79
TOTAL NÃO EMBALAGEM	94	442,12	94	508,79	0	-66,67	-13,10
TOTAL 1	224	4534,74	230	4452,14	-6	82,60	1,86
2. Recicláveis do Tratamento Mecânico							
PET	7	78,24	1	22,18	6	56,06	252,75
PEAD	2	48,10	4	57,44	-2	-9,34	-16,26
AÇO	8	186,6	2	23,72	6	162,88	686,68
ALUMINIO	1	25,86	0	0,00	1	25,86	-
ECAL	2	12,24	0	0,00	2	12,24	-
TOTAL 2	20	351,04	7	103,34	13	247,70	239,69

7. 8

	2017		2016		Diferencial		
	Lotes	Quantidade definitiva	Lotes	Quantidade definitiva	Lotes	(t)	(%)
3. Outros Valorizáveis							
REEE	-	155,03	-	169,82	-	-14,79	-8,71
Pilhas	-	2,98	-	6,86	-	-3,88	-56,57
OAU	-	20,28	-	16,55	-	3,73	22,51
Metais	-	148,44	-	0,00	-	148,44	-
Outras embalagens	-	0,00	-	15,48	-	-15,48	-100,00
TOTAL 3	-	326,73	-	208,71	-	118,02	56,54
TOTAL (1 + 2 + 3)	244	5.213	237	4.764	7	448,32	9,41

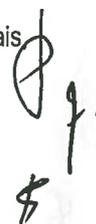
4. Valorização da Unidade de Compostagem							
Composto	-	921,94	-	427,48	-	494,46	115,67
Resíduos Biodegradáveis	-	553,42	-	0,00	-	553,42	-
TOTAL 4	-	1.475,36	-	427,48	-	1047,88	245,13

5. Valorização de CDR							
CDR	-	298,12	-	0,00	-	298,12	-
TOTAL 5	-	298,12	-	0,00	-	298,12	-
TOTAL (1+2+3+4+5)	244	6.985,99	237	5.191,67	7	1794,32	34,56

6. Resíduos não Urbanos							
Óleos de motor, transmissão e lubrificação	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Pneus	-	507,32	-	515,77	-	-8,45	-1,64
Acumuladores de Chumbo	-	0,00	-	1,46	-	-1,46	-100,00
RCD (britado)	-	2,96	-	1480	-	-1477,04	-99,80
TOTAL 6	-	510,28	-	1997,23	-	-1486,95	-74,45

Relativamente aos resíduos urbanos e equiparados encaminhados para reciclagem e valorização, comparativamente ao período homólogo de 2016, verifica-se em termos globais um aumento de 1794,32t (+34,56%), sendo que foram encaminhados para reciclagem provenientes da recolha selectiva mais 82,60t, ou seja +1,86%. O grande contributo para este crescimento está relacionado com o encaminhamento de Composto, Biodegradáveis (verdes) e CDR.

A AMBILITAL continuará a exercer uma política de grande preocupação e respeito pelas normas ambientais cumprindo rigorosamente todas as imposições legais, nomeadamente o controle e monitorização ambientais.



4. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

O contrato de Gestão Delegada celebrado entre a AMAGRA e a AMBILITAL em 23 de Julho de 2015, define no seu anexo D os objectivos, indicadores e metas às quais a AMBILITAL se encontra vinculada.

Nesse sentido, passa-se de seguida a fazer a avaliação do cumprimento dos mesmos.

Objetivos Estratégicos

Na sequência da Estratégia Nacional para a gestão dos RU, preconizada no documento PERSU 2020, a AMBILITAL estabeleceu como objectivos estratégicos prioritários até 2020, os seguintes:

- Aumento das quantidades de recolha selectiva de embalagens,
- Desvio da deposição de RUB em aterro,
- Aumento da recuperação de recicláveis da TMB.

4.1.1 Iniciativas de Carácter Estratégico

No sentido da concretização dos objectivos estratégicos, estabeleceram-se como principais as seguintes iniciativas de carácter estratégico:

- Reforço das redes de recolha selectiva – Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura “Optimização/Ampliação da Rede de Recolha Selectiva e Triagem Multimaterial” (POSEUR-03-1911-FC-000002);
- Construção de 2ª linha de entrada de RU na TMB e ampliação da unidade de compostagem – Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura “Ampliação e Optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem (UTMB) e de Combustível Derivado de Resíduos (CDR)” (POSEUR-03-1911-FC-000004);
- Sensibilização ambiental – Foi apresentada ao POSEUR a candidatura “ AMBILITALZERO” (POSEUR-03-1911-FC-000112), aguarda-se decisão;
- Sistema de secagem de CDR – Está prevista a apresentação de candidatura no PO SEUR, logo que a mesma seja elegível em aviso.

De forma a concretizar os objectivos estratégicos, foi elaborado o PAPERSU da AMBILITAL para dar cumprimento à estratégia prevista no PERSU 2020, o qual obteve parecer positivo da APA em 31 de Julho de 2015 e cuja avaliação final terá lugar no ano de 2020.

Tal como em 2016, em 2018 será feita avaliação intercalar aos resultados alcançados por cada Sistema relativamente às metas referentes a “Retomas de Recolha selectiva” e “Deposição de RUB em Aterro”, no entanto o cumprimento das metas é analisado anualmente.

A avaliação final no ano 2020 incide sobre a meta “Preparação para a Reutilização e Reciclagem”.



O incumprimento das metas intercalares produzirá efeitos negativos ao nível da TGR, dando origem a pagamento/agravamento extraordinário da mesma, em proporção do grau de incumprimento.

No que diz respeito à análise das metas e seu cumprimento em 2017:

Tabela 52 – Metas a cumprir pela AMBILITAL de acordo com o Despacho 3350/2015 (PERSU 2020) e PAPERSU em 2017.

Meta/ano	2013	2016	2016	2017	2018	2019	2020
Preparação para a reutilização e reciclagem (%) (GAG)	22%	28%	34%	45%	63%	74%	80%
AMBILITAL PAPERSU	22%	30%	43%	48%	75%	75%	80%
Deposição de RUB em aterro (%) (GAG)	76%	69%	63%	50%	30%	17%	10%
AMBILITAL PAPERSU	76%	62%	41%	36%	0%	0%	0%
Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano) (GAG)	36	37	39	40	42	46	48
AMBILITAL PAPERSU	36	37	39	41	43	46	48

Tabela 63 – Resultados alcançados pela AMBILITAL, em 2017.

CUMPRIMENTO DE METAS DO PERSU 2020	Unid.	PERSU 2017	PAPERSU 2017	Resultados 2017
PREPARAÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM	(%)	>45	48	54
DEPOSIÇÃO DE RUB EM ATERRO	(%)	<50	36	32
RETOMAS COM ORIGEM EM RECOLHA SELETIVA	Kg/hab/ano	>40	41	41

Verifica-se que as metas definidas em sede do Despacho 3350/2015 (PERSU 2020), bem como do PAPERSU (mais ambiciosas), foram cumpridas.

Tabela 74 - Retomas de resíduos de embalagem para a Ambital em 2017 em quantidades totais e capitação, conforme Despacho nº7111/2015.

Material	Meta 2017	Retomas de resíduos de embalagem com origem Recolha Seletiva	Cumprimento face às metas (%)	Capitação	Diferencial à meta para 2017 (t)
Embalagens de vidro	1810,00	1811,76	100,10	15,84	+1,76
Emb.Papel/cartão + ECAL	1454,00	1495,00	102,82	13,07	+41,00
Embalagens plásticas*	541,00	556,12	102,79	4,86	+15,12
Embalagens metálicas	80,00	89,12	111,40	0,78	+9,12
Embalagens de madeira	138,00	140,62	101,90	1,23	+2,62
TOTAL	4023,00	4092,62	101,73	35,77	+69,62

Verifica-se que as metas definidas em sede do Despacho 7111/2015 foram cumpridas.



4.2. Objetivos de Desempenho

Foram definidos indicadores para avaliação da AMBILITAL, ao nível da cobertura, qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão.

Para tal, consideraram-se os indicadores da ERSAR, definidos no "Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores" (3ª geração do sistema de avaliação), adaptados à realidade socio-económica, territorial e demográfica da região abrangida pela AMBILITAL, bem como as características técnicas e operacionais do Sistema.

As metas definidas para 2020, deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato de Gestão Delegada.

Consideram-se cumpridos os objetivos/indicadores definidos, desde que cumpridos 75% das metas respectivas, o que se verificou na íntegra para o ano de 2017.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Desde a sua constituição a empresa vem incrementando a eficácia das suas actividades. A empresa tem vindo a executar uma série de investimentos apoiados por fundos comunitários e capitais próprios dotando-a de meios e capacidade para desenvolver de forma eficiente as actividades que lhe estão incumbidas. Em 2017 foram aprovadas as candidaturas apresentadas ao POSEUR, marcando o início de um novo ciclo de investimentos resultante das candidaturas apresentadas e previstos no PAPERSU no sentido de dar cumprimento às exigentes metas do PERSU 2020. O atraso verificado na aprovação das candidaturas coloca em causa o cumprimento das metas atrás referidas para o ano 2018, pelo que a empresa vê com preocupação a necessidade de revisão do PERSU2020 e concretamente das metas para 2018/2019, bem como das questões financeiras daí resultantes.

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores económicos/financeiros, que refletem a actividade da empresa.

INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS (euros)

	2017	2016	Var.%
Actividade Consolidada			
Volume de Negócios	3.831.326,75	3.663.357,45	4,59%
Resultado antes impostos e subsídios	-286.742,17	-404.731,79	-29,15%
Resultado Líquido	412.048,99	362.952,63	13,53%
Cash-Flow (1)	1.019.541,64	906.263,42	12,50%
Rentabilidade das Vendas e Prest.Serviços	10,75%	9,91%	8,55%
Total do Ativo	16.648.779,45	17.250.750,96	-3,49%
Capitais Próprios	12.387.632,43	12.846.324,26	-3,57%
Passivo	4.261.147,02	4.404.426,70	-3,25%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (2)	3,33%	2,83%	17,73%
Rentabilidade do Ativo	2,47%	2,10%	17,63%
Passivo / Capitais Próprios	34,40%	34,29%	0,33%
Ativo / Passivo	390,71%	391,67%	-0,24%
PMR - Prazo Médio de Recebimento (dias)	65	56	14,70%
PMP - Prazo Médio de Pagamento (dias)	36	38	-5,25%

(1) resultado líquido + amortizações + ajustamentos + provisões - subsídios ao investimento



Elementos de informação económica/financeira

Com um total de gastos de 4.149.802,48 euros, entre os quais assumem relevância as depreciações/amortizações (34,32%), os gastos com o pessoal (23,13%) e os fornecimentos e serviços externos (24,69%), o custo com o combustível (8,27%), e um total de rendimentos de 4.679.644,35 euros, entre os quais assumem relevância as vendas de resíduos recicláveis à SPV (22,34%), a prestação de serviços de recolha, tratamento e deposição em aterro de RU e a prestação de serviços de recolha e valorização de resíduos recicláveis (53,92%). Nos outros ganhos e rendimentos destacam-se os subsídios ao Investimento que atingiram em 2017 o valor de 816.584,04 euros. A empresa registou um resultado antes de impostos de 529.841,87 euros, e um resultado líquido de **412.048,99 euros**.

Gráfico 2 — Estrutura de Gastos

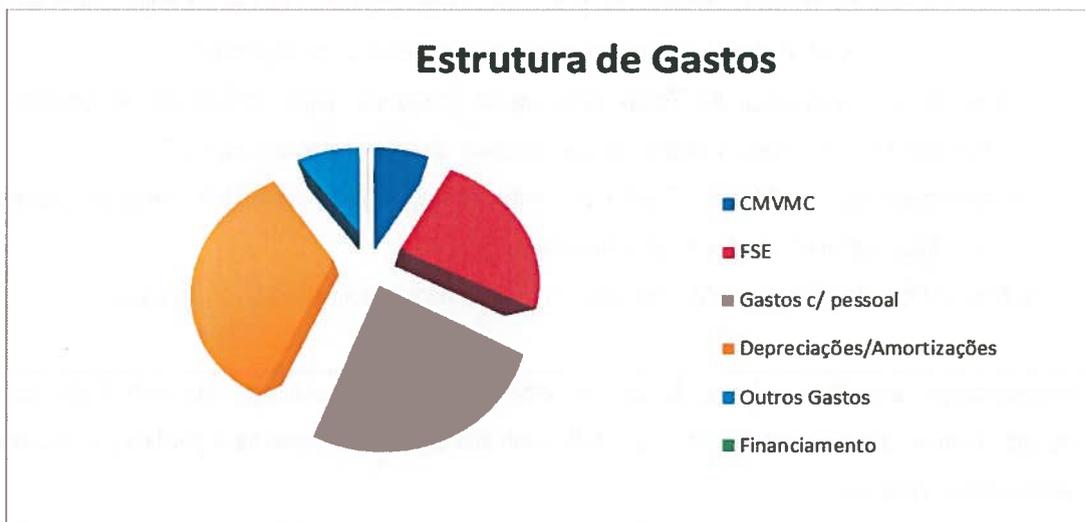
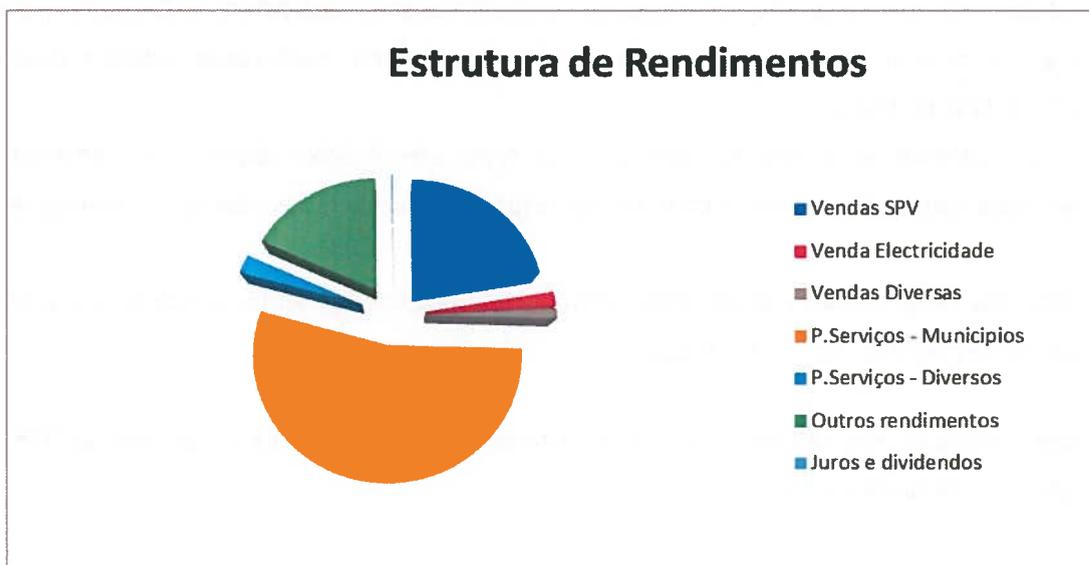


Gráfico 3 – Estrutura de Ganhos e Rendimentos



[Assinatura manuscrita]

6. VALORES DE CONTRAPARTIDA E SISTEMA TARIFÁRIO

A 24 de novembro de 2016 foi publicado o Despacho 14202-C/2016, o qual passou a fixar os valores de contrapartida financeira a partir de 1 de janeiro de 2017.

Com a publicação deste despacho, a AMBILITAL viu refletida no novo modelo a sua reivindicação antiga: aplicar uma diferenciação nos VC de acordo com a tipologia dos Sistemas.

No entanto, o Despacho em vigor prevê a penalização dos VC de acordo com o incumprimento das metas de retoma estabelecidas por material.

Se em termos financeiros o actual modelo de VC poderá não ter impactos directos significativos, tê-lo-á certamente indirectamente devido à exclusão nas licenças das entidades gestoras, nomeadamente:

- 1) Nas retomas de madeira. Deixarão de poder ser aceites paletes e caixas de fruta, a não ser que seja possível demonstrar que as mesmas cumprem os requisitos acima indicados;
- 2) Nas retomas de papel/cartão. Todas as caixas de cartão que sejam embalagens secundárias (mesmo tratando-se de um resíduo urbano) deixam de poder ser remuneradas com o VC;
- 3) Nas retomas de Filme Plástico. O Filme que seja embalagem secundária e terciária (p.ex. capas de palete e película estirável) não pode ser remunerado com o VC;
- 4) Nas retomas de EPS. Só poderá ser aceite o EPS de origem doméstica ou equiparada;

Presentemente, a medida aplica-se apenas às retomas da recolha selectiva, mas verá a sua abrangência alargada também aos resíduos de TM ou de TMB assim que estejam definidas as especificações técnicas para a retoma destes resíduos.

Relativamente ao material vidro com origem no Tratamento Mecânico, está definido no Despacho que o seu VC apenas é devido mediante o cumprimento da meta referente à recolha selectiva deste material e até ao limite de 2,5% do total da recolha.

Os agravamentos acima referidos, bem como as novas especificações técnicas, irão certamente reduzir significativamente, uma vez mais, o envelope financeiro anual proveniente das retomas dos materiais recicláveis.

Relativamente ao cumprimento das metas definidas no Despacho 7111/2015, verifica-se que a AMBILITAL cumpriu na íntegra os valores estabelecidos.

Relativamente ao Sistema Tarifário, verificou-se a manutenção da tarifa em 39€ e o aumento da TGR de 6,60€ para 7,70€, de acordo com a lei.

g
g

7. RECURSOS HUMANOS

Os dados relativos ao pessoal são os que abaixo se apresentam:

Tabela 8 - Evolução do custo médio por empregado.

PESSOAL			
Pessoal	2017	2016	Var. %
Gastos com Pessoal (euros) (1)	893.710,53	894.576,32	-0,10%
Numero de empregados (2)	50	50	0,00%
Gasto médio por empregado (euros)	17.874,21	17.891,53	-0,10%

(1) gastos registados na contabilidade nas contas 63 com exceção da conta 636 a 638 porque poderiam desvirtuar a comparabilidade dos diversos anos, nomeadamente os custos com o recurso a trabalho temporário, fardamento, etc.

(2) média do nº de trabalhadores ao serviço da empresa na última semana de cada mês de atividade

Salientamos que as sucessivas restrições à contratação, nos termos da lei do Orçamento de Estado, tem afectado o normal funcionamento da Ambital, e dos sistemas de uma forma geral, que já apresentaram uma exposição ao secretário de estado de forma a sensibilizar o governo da necessidade de contratação de pessoal por parte dos sistemas num período que se crê de forte investimento e de construção/ampliação de unidades de tratamento de resíduos, financiadas com fundos comunitários e com o objectivo de dar cumprimento ao PERSU 2020.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos e para cumprimento do estabelecido na alínea f) do nº 5 do artigo 66 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2017, no valor 412.048,99 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva Legal (10%)	€ 41.204,90
- Reservas Livres	€ 121.807,85
- Distribuição de Resultados aos sócios	€ 249.036,24



9. INFORMAÇÃO RELEVANTE

Processo ACORIL

A ACORIL construiu o edifício sede da Ambilitat (Empresa). A faturação feita por aquela à Empresa foi cedida à sociedade de Caixa Leasing, Factoring (CLF) a que a Empresa pagava. Com a insolvência da ACORIL, a Empresa, a exigência do administrador da Insolvência, pagou as faturas em dívida à Massa insolvente, no pressuposto de se tratarem de ativos da ACORIL a realizar. Em 15/01/13, a CLF veio reivindicar o pagamento das respetivas faturas cedidas e não pagas pela Empresa, no montante de 1.504.540€, mais juros, processo em que a Empresa foi absolvida (1ª instância) pelo fato do tribunal se ter declarado incompetente para julgar a acção

A CLF recorreu para o TAF Lisboa (proc. 1604/14.0BELSB) com uma ação de igual valor com juros incluídos (2.566.733,90€). Segundo informação prestada pelo jurista, reportada à situação em 31/12/17, o Tribunal achasse, também, incompetente para decidir a ação. As partes pronunciaram-se, sendo o último requerimento datado de 7/3/16, aguardando-se despacho judicial.

A Empresa como medida prudencial, intentou ação contra a Massa insolvente em 29/01/15, no valor das faturas pagas (1478007,79€) no sentido de recuperar o dinheiro que a Massa possui, e devolvê-lo à CLF (proc.784/06.2TYLSB-CS). Na audiência prévia marcada para 29/01/18 foi tentada a conciliação entre as partes, a qual se mostrou impossível uma vez que as partes mantêm as posições assumidas em sede de articulados. Não obstante, a juiz convidou a Ré a aperfeiçoar a contestação no sentido de esclarecer algumas alegações e factos.

A Empresa não constitui provisão para processo porque a exigência de pagamento à massa insolvente é de obrigatoriedade legal, nos termos do CIRE. Além disso, na atual situação do processo que corre contra a Empresa, descrita acima, não estão reunidas as condições normativas necessárias à constituição da provisão.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Não são de registar mais factos relevantes ocorridos após o termo do exercício com influência nas demonstrações financeiras.



11. MENÇÕES FINAIS DE OBSERVÂNCIA LEGAL

A Empresa não realizou negócios com os seus Administradores.

Não existem débitos em mora à Segurança Social, nem temos acordos de pagamento celebrados. O mesmo se passa relativamente ao Estado e a outros entes públicos, e trabalhadores.

Empresa não transacionou, durante o período em relato, nem detém quotas próprias em 31 de dezembro de 2017.

A empresa não possui sucursais.

Ermidas-Sado, 23 de fevereiro de 2018.

O Conselho de Administração,



José Alberto Guerreiro



António Viana Afonso



Rui Pedro Santos



ambital

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



**continuamos
A CRESCER**

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO
(CF. ARTº 54 DO DECRETO-LEI 133/2013 DE 3 DE OUTUBRO)

PARTE I – MISSÃO E OBJETIVOS

1. MISSÃO

A missão da AMBILITAL é a gestão e exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, nomeadamente na deposição em aterro e na recolha selectiva, triagem, valorização dos resíduos recicláveis dos municípios da AMAGRA, contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental do seu território.

Um dos principais objectivos da AMBILITAL é a prestação, às populações, de um serviço público eficaz e sustentável.

2. OBJETIVOS

Um dos principais objectivos estratégicos da AMBILITAL é o cumprimento do seu Plano de Acção definido para o Sistema Intermunicipal da AMAGRA, gerido pela AMBILITAL e elaborado para dar cumprimento às metas decorrentes da implementação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), nomeadamente no que diz respeito às metas de retomas da recolha selectiva, deposição de RUB de aterro e preparação para reutilização e reciclagem, sempre numa perspectiva de eficácia e de sustentabilidade.

Os principais objectivos de gestão para 2017 foram:

- Rentabilidade de 6,25%;
- Cumprimento das metas definidas no PERSU 2020

AMBILITAL Meta/ano	2017 Despacho 3350/2015 PERSU 2020
Preparação para a reutilização e reciclagem (%)	45
Deposição de RUB em aterro (%)	50
Retomas de recolha selectiva (kg/hab.ano)	40

- Operação em velocidade cruzeiro da Unidade de Produção de Combustível Derivado de Resíduos, cujo investimento total rondou os 1.250.095,45€, tendo sido o mesmo candidatado ao QREN no âmbito do POVT e obtido Aceitação e Decisão favorável de financiamento em 85%;
- Início da exploração da nova célula de deposição de RSU, cujo investimento rondou os 962.842,90€;
- Selagem do atual Aterro Sanitário, cujo investimento rondará os 1.200.000€.

3. REGULAMENTOS INTERNOS

Não existem regulamentos internos aprovados pela empresa.



PARTE II – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal a Lei 50/2012 de 31 de Agosto, subsidiariamente o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei nº71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei 64A/2008 de 31/Dezembro e alterado e republicado pelo Decreto-lei nº8/2012, de 18 de Janeiro.

1. ESTRUTURA DE CAPITAL E SÓCIOS

O capital social, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00 €), e corresponde à soma de duas quotas sendo uma, com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000,00 €), pertencente à AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a outra, com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00 €), pertencente à sociedade SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

A AMAGRA detém 51% do Capital Social e a SUMA S.A. detém 49% do Capital Social.

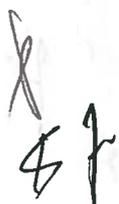
2. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, BEM COMO A PARTICIPAÇÃO EM QUAISQUER ACTIVIDADES DE NATUREZA ASSOCIATIVA OU FUNDACIONAL

- As alterações ao capital social devem ser precedidas da autorização por parte do Conselho Directivo da sócia AMAGRA, de acordo com o nº2 do artº 3º e alínea b) do artº17 dos Estatutos da sociedade.
- A cessão a estranhos, total ou parcial, de quotas pertencentes a sócios privados depende do consentimento da empresa, de acordo com o nº1 do artº4º do mesmo documento.
- Se a empresa recusar o consentimento, a respectiva comunicação incluirá uma proposta de aquisição de quota formulada nos termos do art.º 231.º do Código das Sociedades Comerciais; se a cedente não aceitar a proposta no prazo de quinze dias, fica esta sem efeito, mantendo-se a recusa do consentimento, de acordo com o nº2 do artº4º do mesmo documento.

A AMBILITAL não detém participações em qualquer outra entidade.

3. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS OU PASSIVOS DE OUTRAS ENTIDADES

A AMBILITAL não prestou quaisquer garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.



4. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

Acordo de Gestão celebrado em 14/08/2007, celebrado entre a AMAGRA e a SERURB Lda, hoje SUMA S.A.

5. ÓRGÃOS SOCIAIS

5.1. Assembleia-geral

5.1.1. Composição da mesa da Assembleia-geral (AG)

Mesa da Assembleia-Geral			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	Nuno Mascarenhas em representação da AMAGRA	14-02-2014	2018
Secretário	Pablo Barreiro Blanco em representação da SUMA	14-02-2014	2018

5.1.2. Exercício do direito de voto

5.1.2.1. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

As deliberações serão tomadas por maioria de votos superior a metade do capital social, salvo quanto às matérias "propostas de alteração dos Estatutos e aumentos de capital", em que a aprovação só pode ter lugar com uma maioria qualificada de três quartos daqueles votos, conforme nº3 do artº10 dos Estatutos da sociedade.

5.1.2.2. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais Assembleia-geral.

5.1.2.3. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da Assembleia-geral.

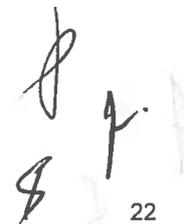
Cargo não remunerado.

5.2. Administração

5.2.1. Composição

5.2.1.1. Identificação do modelo de governo adotado

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal a Lei 50/2012 de 31 de Agosto.



5.2.1.2. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, órgão executivo da empresa, é composto por três membros, um dos quais é o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral e outro será sempre eleito sob proposta dos sócios privados, conforme nºs 1 e 2 do artº10 dos Estatutos da sociedade.

5.2.1.3. Composição actual do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Conselho de Administração			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	José Alberto Guerreiro	14-02-2014	2018
Administrador Executivo	António Viana Afonso	14-02-2014	2018
Administrador Executivo	Rui Pedro Santos	10-09-2014	2018

5.2.1.4. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Identificação	Nota Curricular
José Alberto Guerreiro	<p>Data de Nascimento: 30/11/1963</p> <p>Formação académica Frequentou o ensino pré-primário, primário e preparatório em Odemira e o ensino secundário em Queluz. Licenciou-se em Informática de Gestão (1988), pelo ISLA, e Engenharia Civil (1994) pelo Instituto Superior Técnico.</p> <p>Experiência profissional Trabalhou em Lisboa, na Digital Equipment Corporation/Compact (como especialista de software e Project Leader, de 1988 a maio de 1989 e de novembro de 1991 a fevereiro de 1993), tendo sido Premiado em 1992 no "Special Recognition Program" da empresa. Serviu na Marinha durante 18 meses, em 1989/1990, como oficial da Reserva Naval – Sub-tenente da especialidade de informática. Trabalhou na Reditus, como consultor de informática e formador, em 1994/1995, tendo sido também responsável pelo setor de informática e formador do IPAM – Instituto Português de Administração e Marketing. Em Odemira, foi formador e Diretor Pedagógico da EPO - Escola Profissional de Odemira, entre 1995 e 1997, e professor responsável do grupo de Informática da Escola Secundária de Odemira, em 1997/1998. Vereador da Câmara Municipal de Odemira, entre Jan de 1998 e Out de 2009. Presidente da Câmara Municipal de Odemira.</p>



Identificação	Nota Curricular
	<p>Presidente da Câmara Municipal de Odemira Presidente do Conselho de Administração da AMBILITAL, desde 14/02/2014 Presidente do Conselho Diretivo da AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente Vogal do Conselho Intermunicipal da CIMAL Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Polis do Litoral Sudoeste, SA Membro do Conselho da Parceria Pública da ADP/AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo Presidente da Assembleia Geral do MLA - Matadouro do Litoral Alentejano, SA Presidente da Assembleia Geral do SCO – Sport Clube Odemirense.</p>
António Viana Afonso	<p>Data de Nascimento: 30/06/1964</p> <p>Formação académica Licenciatura em Direito, 1990 Curso Avançado em Gestão Pública (CAGEP) - para o exercício de cargos dirigentes de 1º e 2º grau (Director-Geral e Subdirector), 2006</p> <p>Experiência profissional Docente de 1991 a 1995 na Escola Secundária de Odemira e na Escola Básica e Integrada de S. Teotónio Advogado de 1991 a 1998, profissional liberal Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odemira de Janeiro de 1998 a Setembro de 2005 Membro da Assembleia Intermunicipal da AMLA - Associação de Municípios do Litoral Alentejano, Membro da Assembleia Distrital de Beja de Janeiro de 1998 a Setembro de 2005 Vice-Presidente da CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo de Setembro de 2005 a 31 de Janeiro de 2010 Membro do Conselho Consultivo do IEFP, Conselheiro no Conselho Nacional de Educação, Representante no Conselho Geral da ADRAI, Administrador-liquidatário da Sociedade BejaPólis, Membro da Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, Membro da Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo do Pólo de Turismo do Litoral, Membro da Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo e do Pólo de Turismo do Alqueva de Setembro de 2005 a 31 de Janeiro de 2010 Diretor-Executivo/Secretário-Geral da Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM de Maio de 2010 a Janeiro 2014.</p> <p>Funções atuais Administrador executivo da AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM, desde 14/02/2014.</p>
Rui Pedro Santos	<p>Data de Nascimento: 24/04/1975</p> <p>Formação Académica: Licenciado em Engenharia do Ambiente – Ramo Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa; Pós-Graduação em Técnico Superior de Segurança no Trabalho (Nível V); Executive Master em Gestão Empresarial, pelo INDEG-ISCTE</p> <p>Percurso Profissional: Desde Março de 2006 até à data, desempenha funções de Gestão de empresas participadas, Técnico de Novos Negócios e Técnico Comercial na Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.;</p>



Identificação	Nota Curricular
	<p>Desde Setembro de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM, em representação da accionista SUMA, S.A.;</p> <p>Desde Agosto de 2014 até Março de 2017, ocupou o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ECODETRA - Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos S.A., em representação da accionista MOTA-ENGIL – Ambiente e Serviços, S.A.;</p> <p>Desde Agosto de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ECOLEZIRIA – Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, EIM, em representação da accionista SUMA, S.A.;</p> <p>Desde Agosto de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da RESILEI – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A., em representação da accionista SUMA, S.A.;</p> <p>Desde Agosto de 2014 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da TRATOFOZ – Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A., em representação da accionista SUMA, S.A.;</p> <p>Desde Setembro de 2015 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da AMBIBATALHA – Gestão de Resíduos, S.A., em representação da accionista SUMA, S.A.;</p> <p>Desde Agosto de 2015 até à data, ocupa o cargo de Vogal do Conselho de Administração da TRIAZA – Tratamento de Resíduos Industriais de Azambuja, S.A</p> <p>Desde Fevereiro de 2000 a Março 2006, desempenhou funções de Técnico Superior no Departamento de Gestão de Resíduos / Divisão de Resíduos Especiais no Instituto dos Resíduos (actualmente integrado na Agência Portuguesa do Ambiente).</p>

5.3.1. Funcionamento

5.3.1.1. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

Estatutos disponíveis nos serviços administrativos e Financeiros da AMBILITAL, EIM e no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).

5.3.1.2. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas.

Foram realizadas 18 reuniões do Conselho de Administração em 2017.

5.4.1. Estrutura e divulgação das remunerações

5.4.1.1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração

Os membros do Conselho de Administração exercem os seus cargos de forma não remunerada, salvo decisão em contrário da AG, nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 10º dos Estatutos, tendo por limite o disposto nos nºs 3 ou 4 do art.º 25º, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

É responsabilidade da Assembleia-geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, nos termos legais e de acordo com limite estabelecido no nº3 do artº 30 da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto



5.4.1.2. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração e outros benefícios a 31 de Dezembro de 2016

	AMAGRA		SUMA
	Presidente CA	Administrador Executivo	Administrador Executivo
Remunerações 2014	José Alberto Guerreiro	António Viana Afonso	Rui Pedro Santos
1.Remuneração			
1.1.Remuneração base/Fixa	-	-	-
1.2.Despesas de Representação	-	-	-
Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2)	-	-	-
2.Outras regalias e compensações			
2.1.Subsídio de refeição	-	-	-
2.2.Gastos na Utilização de Telefones	-	-	-
3.Encargos com benefícios sociais			
3.1.Regime de Proteção Social (Seg.Social/ADSE/CGA)	-	-	-
3.2.Seguros de Saúde	-	-	-
3.3.Seguro de Acidentes de Trabalho	-	-	-

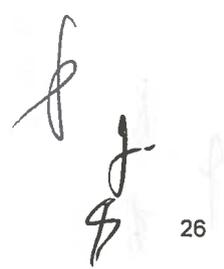
A Administração exerce as suas funções de forma não remunerada.

5.5. FISCALIZAÇÃO

5.5.1. Composição

5.5.1.1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

O órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único que é obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Foi designado pela Assembleia-geral da AMBILITAL a sociedade de revisores Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº 20161383, NIF 501381171, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº 1009, inscrito na CMVM sob o n.º 20160624, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço, e como suplente Paula Saraiva e Manuel Pereira, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº79 e na CMVM sob o n.º 20161411, NIF 502427850, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 4, 4050-610 Porto, representada por Ana Paula Monteiro Barbeiros Saraiva e Silva, ROC nº678, registada na CMVM sob o n.º 20160319, NIF 123875293, com domicílio profissional no mesmo endereço.



5.5.1.2. Qualificações profissionais do representante do Fiscal Único

Identificação	Nota Curricular
<p>Jorge Marques Pereira Ribeiro</p>	<p>Data de Nascimento: 08/10/1956</p> <p>Pós Graduação em auditoria pelo ISAG / PriceWaterhouseCoopers</p> <p>Licenciatura em Gestão Financeira</p> <p>Em 2003 passou a integrar a sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda.</p> <p>Em 1997 obteve a qualificação profissional de Revisor Oficial de Contas, passando a desenvolver a sua actividade, a partir de 1998 e sob contrato, na Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Carlos Teixeira & Noé Gomes, SROC.</p> <p>Desde 1994 até 1998 prestou colaboração independente no Departamento de Auditoria da firma, com ligações internacionais, JPA Portugal - Auditores, tendo iniciado a sua colaboração como auditor e evoluído progressivamente para as funções de responsável de processos.</p> <p>A sua actividade profissional de Revisão/ Auditoria de contas vem sendo desenvolvido em empresas e entidades integrantes dos diversos sectores da economia (com excepção da área financeira, que está a cargo de outro sócio), designadamente da indústria, do comércio, incluindo a grande distribuição, local (E.M. e E.I.M.) e autárquico, empresarial do estado e das entidades não lucrativas (associações, fundações, misericórdias, etc.).</p> <p>Para das funções de interesse público cometidas aos ROC, referidas acima, presta também outros serviços compreendidos nas competências destes nas vertentes de consultoria e assistência nas diversas áreas da gestão empresarial, nomeadamente em contabilidade, fiscalidade, planeamento e controlo, análise financeira, estudos de viabilidade económica e financeira, projectos de investimento ou de reestruturação, fusões e aquisições e avaliações, com observação estrita dos princípios éticos e de independência que regem a profissão.</p> <p>Possuindo formação em área técnica industrial e frequência de Engenharia, até 1994 fez carreira na Indústria tendo desempenhado vários cargos técnicos e de Direcção, nomeadamente de produção e fabril, em diversas empresas do sector.</p>

5.6. Revisor Oficial de Contas

5.6.1. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

Fiscal Único – Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº 20161383, NIF 501381171, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº1009, inscrito na CMVM sob o n.º 20160624, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço, e como suplente Paula Saraiva e Manuel Pereira, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº79 e na CMVM sob o n.º 20161411, NIF 502427850, com sede na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Sala 4, 4050-610 Porto, representada por Ana Paula Monteiro Barbeiros Saraiva e Silva, ROC nº678, registada na CMVM sob o n.º 20160319, NIF 123875293, com domicílio profissional no mesmo endereço.



A Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda. foi fundada em 1982, tem sede no Porto e escritórios em Lisboa.

- É sócia fundadora da *JPA Internacional*, em 1987: uma rede de firmas independentes de Auditoria, Contabilidade, Fiscalidade e Consultoria;
- Encontra-se inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o n.º 28 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com o n.º 4681;
- É associada da *JPA Internacional*, associação de firmas que realizam auditorias a nível multinacional membro do *Forum of Firms*.
- Conta com 6 ROC e 16 auditores;

5.6.2. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade.

20 anos.

5.6.3. Estrutura e divulgação das remunerações

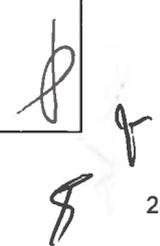
5.6.3.1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização

Nome	Cargo	Remuneração Fixa	Remuneração Bruta Mensal	Remuneração Bruta Anual
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda	Fiscal Único	952,00 €	952,00 €	11.424,00 €

A referida remuneração inclui os honorários e todas as despesas incorridas na realização da prestação de serviços de ROC e no desempenho das funções de Fiscal Único.

6. GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

Principais Objetivos de Gestão	Execução	Cumprimento	Justificação Desvio	Informações Adicionais
Rentabilidade de 6,25%	Sim	>100%	-	-
Cumprimento das metas definidas no PERSU 2020 PAPERSU - Deposição de RUB em aterro (%) – 50 PAPERSU - Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano) – 40 PAPERSU - Preparação para a reutilização e reciclagem (%) – 45	Sim	100%	-	-



<p>Operação em velocidade cruzeiro da Unidade de Produção de Combustível Derivado de Resíduos, cujo investimento total rondou os 1.250.095,45€, tendo sido o mesmo candidatado ao QREN no âmbito do POVT e obtido Aceitação e Decisão favorável de financiamento em 85% e estando concluída a operação.</p>	<p>Sim</p>	<p>15%</p>	<p>Apesar de a unidade ter ficado capacitada em 2016 para trabalhar em velocidade cruzeiro, em 2017 funcionou em regime descontinuo.</p>	<p>A AMBILITAL promoveu contactos com entidades no sector energético no sentido do seu CDR poder ser utilizado como combustível de substituição. No sentido de garantir uma diminuição do custo e garantir a valorização do CDR, correspondendo aos requisitos de mercado, que em Portugal é exclusivamente o cimenteiro, em 2017 a AMBILITAL estudou soluções de secagem de CDR no sentido de ter uma solução implementada em 2018.</p>
<p>Início da exploração da nova célula de deposição de RSU, cujo investimento rondou os 962. 842,90€;</p>	<p>Sim</p>	<p>0%</p>	<p>Resultado ao aumento da quantidade encaminhadas para reciclagem e valorização foi possível adiar o início da exploração da nova célula</p>	<p>Prevê-se o início da exploração durante o 1º semestre de 2018</p>
<p>Selagem do atual Aterro Sanitário, cujo investimento rondará os 1.200.000€.</p>	<p>Sim</p>	<p>10%</p>	<p>Em 2017 procedeu-se à operação de consolidação das zonas de exploração do aterro com vista ao início da selagem e à Preparação e lançamento dos procedimentos concursais para a execução da primeira fase de selagem</p>	<p>A selagem será iniciada no 1º semestre de 2018</p>



7. OBRIGAÇÕES DE DIVULGAÇÃO

7.1. Planos de Atividade e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

A AMBILITAL elabora anualmente o seu Plano de Atividades e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento, de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis, considerando a sua missão e objectivos fixados (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.2. Orçamento Anual e Plurianual

A AMBILITAL elabora Orçamento Anual e Plurianual, de acordo com os princípios de sustentabilidade (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.3. Documentos Anuais de Prestação de Contas

A AMBILITAL elabora os seus Documentos Anuais de Prestação de Contas, reportando esta informação aos accionistas e à AMAGRA. Os documentos anuais de prestação de contas permitem uma avaliação da actividade desenvolvida a fim de aferir o modo como foi prosseguida a missão, o cumprimento dos objetivos, a política social e o desenvolvimento sustentável (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

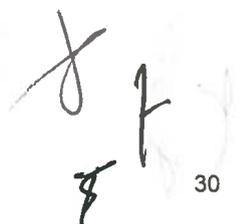
7.4. Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental

A AMBILITAL elabora os seus Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental de forma a acompanhar a execução orçamental trimestralmente, dando conhecimento deste ao accionista público AMAGRA, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

8. DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Além da informação prevista no Decreto-lei nº133/2013 de 3 de Outubro, a AMBILITAL cumpre todos os deveres especiais de prestação de informação que lhe são exigidos, nomeadamente informação financeira e relativa a recursos humanos à DGAL, bem como disponibiliza no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) os seguinte informação prevista no artº43, nº2 da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, nomeadamente:

- a) Contrato de sociedade e estatutos;
- b) Estrutura do capital social;
- c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respectiva nota curricular;
- d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
- e) Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;



- f) Planos de atividades anuais e plurianuais;
- g) Planos de investimento anuais e plurianuais;
- h) Orçamento anual;
- i) Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do órgão de gestão ou de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização;
- j) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão.

Tendo em vista o seu acompanhamento e controlo a AMBILITAL faculta atempadamente e de forma completa ao órgão executivo da AMAGRA os seguintes elementos:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- d) Documentos de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental.

9. TRANSPARÊNCIA

A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e aos accionistas.

Cumprindo a sua missão e objectivos, a AMBILITAL como gestora do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, tem como obrigações principais:

-Explorar e gerir de forma integrada o sistema intermunicipal da AMAGRA que compreende a recepção, recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos, bem como a monitorização dos locais de deposição após o seu encerramento.

-Dar cumprimento ao plano estratégico de resíduos do sistema, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no PERSU 2020, bem como ao Despach 7111/2015.

Assim, a gestão integrada territorialmente é a mais adequada à prestação do serviço que privilegia a sua verticalização de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços, devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no nº1 do art. 5º do DL nº194/2009, de 20/08, nomeadamente:

- a) A promoção tendencial da sua universalidade e a garantia da igualdade no acesso;
- b) A garantia da qualidade do serviço e da protecção dos interesses dos utilizadores;



- c) O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- d) A protecção da saúde pública e do ambiente;
- e) A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afectos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- f) A promoção da solidariedade económica e social, do correcto ordenamento do território e do desenvolvimento regional.
- g) Princípio da sustentabilidade económica e financeira dos sistemas;
- h) Princípio do poluidor-pagador;
- i) Princípio da hierarquia das operações de gestão de resíduos;
- j) Princípio da responsabilidade do cidadão, adoptando comportamentos de carácter preventivo em matéria de produção de resíduos, bem como práticas que facilitem a respectiva reutilização e valorização.

Os princípios atrás referidos encontram-se vertidos no Contrato de Gestão Delegada e no Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Sistema Intermunicipal da AMAGRA gerido pela AMBILITAL.

10. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

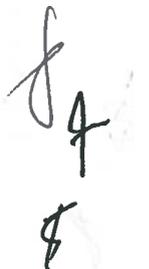
No sentido de dar cumprimento à Recomendação aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção em 1 de Julho de 2009, sobre “Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas”, a AMBILITAL tem implementado desde 2010 um Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e elabora anualmente um relatório sobre a sua execução. Este documento foi divulgado e objecto de formação aos colaboradores da AMBILITAL de forma a dar cumprimento rigoroso à sua implementação. Estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt.

11. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA

A AMBILITAL segue e tem disponível para consulta, no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) e em papel nos serviços administrativos, o seu código de ética, que contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, o qual é divulgado aos clientes, fornecedores e ao público em geral.

Os seus princípios orientadores são:

- Respeito pelos Direitos Humanos, dos Trabalhadores e igualdade de oportunidades
- Contra todas as formas de exploração
- Erradicação de toda e qualquer prática discriminatória
- Responsabilidade na protecção e defesa do ambiente



- Luta contra todas as formas de corrupção
- Assumpção da sua responsabilidade social

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

12. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A AMBILITAL adotou de forma voluntária as preocupações sociais e ambientais nas suas operações quotidianas e na interação com todas as partes interessadas, contribuindo assim para a sociedade de forma positiva e gerindo os impactos sociais e ambientais da sua organização.

Neste âmbito a AMBILITAL tem em consideração, nas decisões que toma, a comunidade onde se insere e o ambiente onde opera, defendendo que o motor de desenvolvimento económico, tecnológico e humano, só se realizam plenamente quando consideram na sua actividade o respeito pelos direitos humanos, o investimento na valorização pessoal, a protecção do ambiente, o combate à corrupção, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da sociedade em que se insere.

13. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DE IGUALDADE

A política de recursos humanos da AMBILITAL tem por objetivo promover a adequação permanente da atividade dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos e de negócio da empresa, assegurando a sua valorização e desenvolvimento profissional, e reforçando as suas competências técnicas e de gestão.

Em 2017 foram promovidas e financiadas pela AMBILITAL as seguintes formações:

Acção	Entidade Formadora	Carga Horária	Nº Participantes
Taxonomias (Software Primavera)	B2S Sistemas de Informação	6	1
Requisitos mínimos de qualidade e eficiência de operadores de REEE	APOGER	8	1
Novo código dos contratos públicos	anoGov	7	2
Código dos contratos públicos: as alterações introduzidas pelo DL n.º 111-B/2017	Navegadores	14	5
Workshop - "Regime protecção dados"	Direct Hit, Lda	8	1
Workshop - "HACCP e flexibilidade associada"	NERBE	4	2
CAM	Escola de Condução Helder Pereira	35	1



Acção	Entidade Formadora	Carga Horária	Nº Participantes
Equipas de intervenção	Securilabor	8	13
Combate de incêndios – agentes extintores	Securilabor	4	15
Formação e acompanhamento de arranque SPAR	Cachapuz	35	2
Formação especializada nos módulos SPAR	Cachapuz	35	12

13.1. Gestão do Capital Humano/ Balanço Social 2017

Número de Colaboradores

Nº de Colaboradores	49
Nº Médio de Colaboradores	50
Nº de Órgãos Sociais	0
Nº de Órgãos Sociais Executivos	0

Antiguidade

< 1 Ano	4
1 - 2 Anos	2
3 - 5 Anos	7
6 - 8 Anos	9
9 - 11 Anos	10
12 - 15 Anos	11
> 16 Anos	6
Antiguidade Média	9

Sexo

Feminino	11
Masculino	38

Rotação do Efectivo

Nº de Admissões	4
Nº de Saídas	5

Estrutura Etária

< 19 anos	0
19 - 25 Anos	0
26 - 35 Anos	9
36 - 45 Anos	22
46 - 55 Anos	11
56 - 65 Anos	7
> 65 Anos	0
Média de Idades	44

Tempo de Trabalho

Potencial de Horas Trabalháveis	99.000
Horas Trabalhadas	81.883,00
Horas de Trabalho Suplementar	2874,50
Horas não trabalhadas	5697,50
Horas de Ausência	17.117,50

Habilitações Literárias

Ensino Básico (Inclui 1º, 2º e 3º Ciclo)	34
Ensino Secundário	11
Ensino Superior	4

Formação Profissional

Nº de Acções	9
Total de Nº de Horas de Formação	94
Nº de Colaboradores Envolvidos	41

Tipo de Contrato

Sem Termo	43
A Termo Certo	6
A Termo Incerto	0
Outro	0



14. PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e nos Princípios de Bom Governo das Sociedades, em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de Abril na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração (CA) da AMBILITAL cumprem com as seguintes obrigações:

- a) Entrega junto da Inspeção-Geral de Finanças, da declaração do artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e nº1 do artigo 52º do Decreto-lei nº.133/2013 de 3 de Outubro;
- b) Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar nº 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro);
- c) Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- d) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- e) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

78
4

PARTE III – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

O Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontra sujeita é o previsto no artº 54 do Decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro).

2. AVALIAÇÃO SOBRE GRAU DE CUMPRIMENTO DAS PRÁTICAS DO BOM GOVERNO

A governação da AMBILITAL respeita as Práticas de Bom Governo das empresas do Sector Público Empresarial, aprovados pelo Decreto-lei 133/2003, de 3 de Outubro.

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento das Práticas de Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Sector Público Empresarial.

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
-Cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido fixados, elaborar planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	Total	-A AMBILITAL cumpre a sua missão e os objetivos fixados. -Anualmente, são elaborados os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis
<ul style="list-style-type: none"> • Proceder à enunciação e divulgação a) A composição da sua estrutura acionista; b) A identificação das participações sociais que detêm; c) A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional; d) A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo; e) O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correcção aplicadas ou a aplicar; f) Os planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento; g) Orçamento anual e plurianual; h) Os documentos anuais de prestação de contas; i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização; j) A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios. 	Total	-A divulgação destas obrigações é efectuada no Relatório e Contas Anual e/ou sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).
-Informar anualmente o titular da função acionista e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da	Total	-A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e aos accionistas. -Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.

Handwritten signature and initials, including the number 36.

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
integração de novas tecnologias no processo produtivo		
-Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, devendo elaborar anualmente um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro	Total	-A AMBILITAL cumpre na íntegra a legislação e regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, tendo um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas. -Anualmente elabora o Relatório deste Plano e remete-o para o Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como para o titular da função accionista (AMAGRA). -Os documentos acima referidos são publicados no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).
-Adoptar um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral -Tratar com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.	Total	-A atividade da AMBILITAL é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. -A AMBILITAL divulga e tem disponível para consulta o Código de Ética nos seus serviços administrativos e no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt). -A AMBILITAL trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa, cumprindo na íntegra o Código da Contratação Pública e demais legislação aplicável.
-Prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a protecção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.	Total	-A AMBILITAL, sempre que possível, promove estágios solicitados pelas entidades formadoras da região, nomeadamente Escola Técnico profissional ETLA, empresas de formação e IIEFP (Programa de Formação para desempregados) enquadrado nos seus princípios de responsabilidade social e valorização profissional. A AMBILITAL cumpre a legislação relativa a protecção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.



Missão, objetivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>-Implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.</p> <p>-Adotar planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL aposta na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>-A AMBILITAL promove a mobilidade interna, permitindo aos seus colaboradores conciliarem a vida profissional com a pessoal.</p> <p>-A AMBILITAL não faz qualquer discriminação para contratação e ocupação de lugares.</p>

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>Os membros dos órgãos de administração das empresas públicas devem:</p> <p>-Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</p>	Total	<p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</p>
<p>-Se aplicável, no início de cada mandato, os membros dos órgãos de administração, declaram aos órgãos de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.</p>	Total	<p>-Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na AMBILITAL e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL comunicaram junto do Tribunal Constitucional a Declaração de Património e Rendimentos (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro) e à Procuradoria-Geral da República a Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março).</p> <p>-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL não detêm participações e interesses patrimoniais direta ou indiretamente na empresa.</p>

Divulgação de informação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>-Todas as informações que, nos termos do decreto-lei 133/2013 de 3 de Outubro, estão sujeitas a divulgação pública são divulgadas no sítio na Internet da Unidade Técnica, o qual deve concentrar toda a informação referente ao sector público empresarial, sem prejuízo da divulgação no sítio na Internet da própria empresa.</p> <p>-No sítio na Internet das empresas do sector público empresarial consta, ainda, designadamente, informação financeira histórica e atual de cada empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais ou estatutários, bem como as respectivas remunerações e outros benefícios.</p> <p>-O sítio na Internet das empresas do sector público empresarial disponibiliza informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público, o modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.</p> <p>-O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio na Internet das empresas do sector público empresarial é livre e gratuito.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) as informações legalmente exigidas.</p> <p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) informação financeira histórica e atual da empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, bem como as respectivas remunerações e outros benefícios.</p> <p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público.</p> <p>-O acesso à informação disponibilizada pela AMBILITAL no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) é livre e gratuito.</p>
<p>-As empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo presente capítulo.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL cumpre a apresentação anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.</p>

3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não aplicável.

Ermidas-Sado, 23 de fevereiro de 2018

O Conselho de administração,



José Alberto Guerreiro



António Viana Afonso



Rui Pedro Santos



ambilital

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



**continuamos
A CRESCER**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017 E 2016....
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....
- ANEXO (PERÍODO DE 2017).....

Handwritten initials and the number 40.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Activo	Notas	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	8.904.599,13	9.944.964,53
Activos intangíveis	6	18.958,34	0,00
Outros investimentos financeiros	8	1.522.677,37	2.334.328,25
Ativos por impostos diferidos	15	308.044,04	308.044,04
Total do activo não corrente		10.754.278,88	12.587.336,82
Activo corrente			
Inventários	11	16.572,51	20.875,41
Clientes	10/16	702.577,00	578.436,03
Estados e outros entes públicos	15/21	282.007,16	281.795,95
Outros créditos a receber	16	4.123,44	4.991,06
Diferimentos	16	22.660,48	29.682,43
Caixa e depósitos bancários	4	4.866.559,98	3.747.633,26
Total do activo corrente		5.894.500,57	4.663.414,14
Total do activo		16.648.779,45	17.250.750,96
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	3.600.000,00	3.600.000,00
Reservas legais	16	588.256,58	551.961,31
Outras reservas	16	4.089.559,61	4.001.020,47
Resultados transitados	16	309.459,70	309.229,70
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	16	3.388.307,55	4.021.160,15
Resultado líquido do período		412.048,99	362.952,63
Total do capital próprio		12.387.632,43	12.846.324,26
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	1.201.168,64	1.201.168,64
Financiamentos obtidos	16	217.982,16	359.924,53
Passivos por impostos diferidos	15	5.090,61	15.271,87
Passivo corrente			
Fornecedores	16	175.330,10	185.713,63
Estado e outros entes públicos	15/21	65.320,60	79.798,75
Financiamentos obtidos	16	142.506,35	141.957,91
Diferimentos	16	816.964,61	816.964,61
Outras dívidas a pagar	16	1.636.783,95	1.603.626,76
Total do passivo		4.261.147,02	4.404.426,70
Total do capital próprio e do passivo		16.648.779,45	17.250.750,96

Ermidas Sado, 23 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

O Conselho de Administração





DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

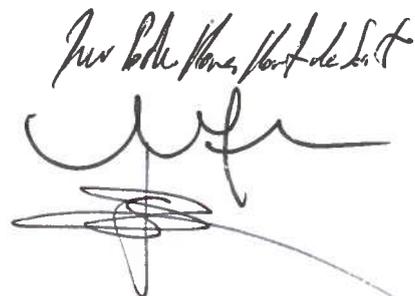
	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	12	3.831.326,75	3.663.357,45
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-343.238,98	-308.948,50
Fornecimentos e serviços externos	21	-1.024.530,28	-1.025.472,34
Gastos com o pessoal	20	-959.762,59	-963.136,84
Outros rendimentos	14/21	848.317,60	911.040,67
Outros gastos	21	-393.694,19	-389.337,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		1.958.418,31	1.887.502,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-1.424.076,69	-1.414.767,30
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		534.341,62	472.735,20
Juros e gastos similares suportados	21	-4.499,75	-6.010,48
Resultado antes de impostos		529.841,87	466.724,72
Imposto sobre o rendimento do período	15	-117.792,88	-103.772,09
Resultado líquido do período		412.048,99	362.952,63

Ermidas Sado, 23 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)



O Conselho de Administração





ambital

Ambital - Investimentos Ambientais no Aterrojo, E.M.

Vista Nova 2, Jd. Montes - Estrada São - Bairro do Caramuru

Conservador de Registo Comercial de Santiago do Cacém

N.º C 563 266 391

Capital Social € 3.600.000,00

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transladados	Ajustamentos / outras variações capitais próprias	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	3.600.000,00	507.871,90	3.824.121,59	755.537,14	4.673.385,94		13.360.916,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos em subsídios	16					195.018,30		195.018,30
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
Reclassificação dos subsídios ao investimento	14					-866.748,00		-866.748,00
Outras alterações	16				-5.413,36	19.503,91		14.090,55
Aplicação de resultados do ano anterior	16	44.089,41	176.898,88		-220.988,29			0,00
	2	0,00	44.089,41	176.898,88	-226.401,65	-652.225,79	0,00	-657.639,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						362.952,63	362.952,63
	4=2+3						362.952,63	-294.686,52
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições	16				-219.905,79			219.905,79
	5	0,00	0,00	0,00	-219.905,79	0,00	0,00	-219.905,79
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6=1+2+3+5	3.600.000,00	551.961,31	4.001.020,47	309.229,70	4.021.160,15	362.952,63	12.846.324,26

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transladados	Ajustamentos / outras variações capitais próprias	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	3.600.000,00	551.961,31	4.001.020,47	672.182,33	4.021.160,15		12.846.324,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos em subsídios	16					183.731,44		183.731,44
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
Reclassificação dos subsídios ao investimento	14					-816.584,04		-816.584,04
Outras alterações	16				230,01			230,01
Aplicação de resultados do ano anterior	16	38.295,27	88.539,14		-124.834,41			0,00
	7	0,00	38.295,27	88.539,14	-124.604,40	-432.852,60	0,00	-632.622,59
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						412.048,99	412.048,99
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						412.048,99	-220.573,60
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições	16				-238.118,23			238.118,23
	10	0,00	0,00	0,00	-238.118,23	0,00	0,00	-238.118,23
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	11=6+7+8+10	3.600.000,00	588.256,58	4.089.559,61	309.459,70	3.388.307,55	412.048,99	12.387.632,43

Ermidas Sado, 23 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44558)

O Conselho de Administração



Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM

Monte Novo dos Modernos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém

Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém

NIPC 505 255 391

Capital Social: € 3.600.000

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		4.035.874,06	4.263.607,53
Pagamentos a Fornecedores		-2.049.203,02	-1.850.050,56
Pagamentos ao Pessoal		-895.177,55	-854.857,37
Caixa gerada pelas operações		1.091.493,49	1.558.699,60
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-32.985,02	-19.541,79
Outros recebimentos/pagamentos		6.820,00	
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		1.065.328,47	1.539.157,81
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-311.458,62	-436.529,20
Investimentos financeiros		-187.500,00	-1.250.000,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1.000.000,00	1.250.000,00
Subsídios ao investimento		0,00	314.467,35
Juros e rendimentos similares		7.346,02	29.267,41
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		508.387,40	-92.794,44
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		-211.393,93	-140.886,73
Juros e gastos similares		-5.276,99	-6.912,57
Dividendos		-238.118,23	-219.905,79
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-454.789,15	-367.705,09
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		1.118.926,72	1.078.658,28
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.747.633,26	2.668.974,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.866.559,98	3.747.633,26

Ermidas Sado, 23 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

O Conselho de Administração

ANEXO

O Anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e de relato financeiro.

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1 - Designação da entidade

A sociedade "AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M.", com sede em Monte Novo dos Modernos, Ermidas Sado, concelho de Santiago do Cacém, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém com o número de matrícula e de pessoa colectiva 505 255 391, foi constituída em 5 de Março de 2001, apresenta um capital social de 3.600.000 € e tem como objeto social a gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da sócia AMAGRA.

1.2 – Sede

A AMBILITAL tem a sua sede em Monte Novo dos Modernos, 7565-255 Ermidas Sado.

1.3 – Natureza da atividade

Gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da sócia AMAGRA

1.4 – Período de relato

O período de relato é compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2017.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, na redação dada Decreto-Lei 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC),

[Handwritten signature]

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

b) Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação contida nas demonstrações financeiras.

c) Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

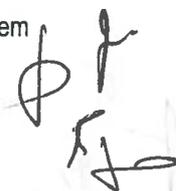
Ativos intangíveis - Os ativos intangíveis, quando existem, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Ativos fixos tangíveis - Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



Investimentos financeiros - Os investimentos financeiros evidenciados no Balanço estão registados ao custo de aquisição.

Imparidade de ativos - É efectuada, à data de balanço, uma avaliação das eventuais imparidades de ativos. Uma perda por imparidade é registada quando o montante pelo qual o ativo esteja contabilizado seja superior à sua quantia recuperável.

Locações - A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato - são considerados como contratos de locação financeira aqueles em que a sociedade detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, independentemente da sua forma.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto, na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

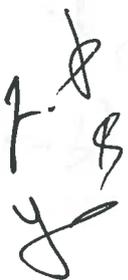
Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

Nesta data a empresa não tem em vigor nenhum contrato de locação.

Inventários – As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação).

Instrumentos financeiros

- (i) Cientes e outras contas a receber - São registados ao justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações financeiras.



- (ii) Fornecedores e outras contas a pagar - São registadas ao justo valor.
- (iii) Financiamentos obtidos - Estão registados ao custo. São registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efectiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.
- (iv) Caixa e equivalentes de caixa - Inclui os valores em caixa, os depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

Capital social – As quotas são classificadas no capital próprio, líquidas dos montantes de capital subscrito e não realizado

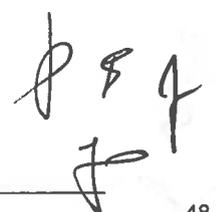
Subsídios e apoios do governo – Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

Provisões, ativos e passivos contingentes - A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões existentes estão mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação.



Regime do acréscimo - Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" ou "Diferimentos".

Rédito – É registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços, e pelo valor dos juros recebidos ou a receber, provenientes da aplicação de dinheiro, utilizando o método do juro efetivo. É reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos e retenções de imposto sobre capitais, conforme o tipo de rendimento.

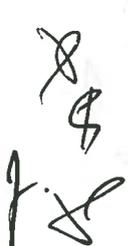
Imposto sobre o rendimento - A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Os ativos por impostos diferidos são os relativos aos benefícios fiscais do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) a deduzir à coleta de períodos futuros.

Os passivos por impostos diferidos foram calculados com base na taxa de imposto em vigor. No caso da AMBILITAL foi estimada uma taxa de 21% de IRC e 1,5% de derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Benefícios dos empregados - Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de Férias e de Natal, isenção de horário de trabalho, diuturnidades, subsídios de turno, abono para falhas, prémios e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.



As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se a 31 de dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similarmemente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

Eventos subsequentes - Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

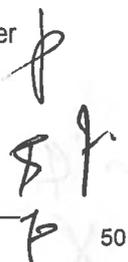
Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMBILITAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

a) Provisões e Passivos Contingentes

A AMBILITAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.



A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

b) Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

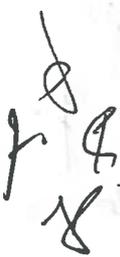
4. Fluxos de caixa

a) Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não há valores relativos ao caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso.

b) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2017			31.12.2016		
		Quantias disp. para uso	Quantias indisp. para uso	Totais	Quantias disp. para uso	Quantias indisp. para uso	Totais
Caixa	Numerário	3.689,44		3.689,44	3.689,44		3.689,44
	Outros meios monetários	0,00		0,00	0,00		0,00
	Subtotais	3.689,44	0,00	3.689,44	3.689,44	0,00	3.689,44
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	2.733.405,93		2.733.405,93	2.226.979,21		2.226.979,21
	Outros depósitos bancários	2.129.464,61		2.129.464,61	1.516.964,61		1.516.964,61
	Subtotais	4.862.870,54	0,00	4.862.870,54	3.743.943,82	0,00	3.743.943,82
Totais		4.866.559,98	0,00	4.866.559,98	3.747.633,26	0,00	3.747.633,26



5. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2017, a AMBILITAL é participada pela AMAGRA que detém 51% do capital da empresa e pela SUMA que detém 49%.

5.1 Remuneração do Pessoal chave da gestão (membros dos órgãos de administração e de supervisão)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, à semelhança do que sucedeu em 2016, os membros do Conselho de Administração não auferiram qualquer remuneração.

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

5.2 Saldos e transacções com entidades relacionadas

Os principais saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

5.2.1. Saldos:

(Valores em euros)

Entidade	Ano 2017		Ano 2016	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
AMAGRA		(1) 16.770,04		(1) 8.385,02
SUMA, S.A.		0,00		0,00

(1) No ano 2016 o valor refere-se a um mês de renda e no ano 2017 a 2 meses de renda

5.2.2 Transacções

(Valores em euros)

Entidade	Rubricas	Exercício	
		2017	2016
AMAGRA	Aquisição de Serviços	(1) 81.805,08	(1) 81.805,08
SUMA	Aquisição de Serviços	0,00	0,00
TOTAL		81.805,08	81.805,08

(1) 12 rendas (ano)



6. Ativos intangíveis

a) Vidas úteis, métodos de amortização e taxas usadas

Os elementos dos ativos intangíveis têm vidas úteis finitas e são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado (x anos).

a) Movimentos ocorridos nos ativos intangíveis e respetivas amortizações

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e respetivas amortizações, nos exercícios de 2016 e 2017, foi o seguinte:

	2016					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 01/01/2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	
Ativo intangível:						
Programas de computador	111,57	0,00	0,00	0,00	0,00	111,57
	111,57	0,00	0,00	0,00	0,00	111,57
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	111,57	0,00	0,00	0,00	0,00	111,57
	111,57	0,00	0,00	0,00	0,00	111,57
	2017					Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 01/01/2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	
Ativo intangível:						
Programas de computador	111,57	19.500,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
	111,57	19.500,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	111,57	541,66	0,00	0,00	0,00	653,23
	111,57	541,66	0,00	0,00	0,00	653,23

[Handwritten signature]

7. Ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

b) Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usados

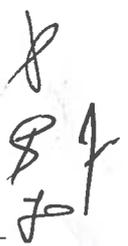
As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	8 - 14
Equipamento de transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	8 - 12

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda / abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data daquela operação, sendo registadas na demonstração dos resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

c) Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações



O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	2016					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 01/01/2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	
Activo fixo tangível:						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e outras construções	8.875.584,36	61.214,27	0,00	0,00	0,00	8.936.798,63
Equipamento básico	11.796.707,03	283.462,23	0,00	0,00	0,00	12.080.169,26
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	127.238,69	2.435,24	0,00	0,00	0,00	129.673,93
Outros activos fixos tangíveis	234.973,19	2.234,00	0,00	0,00	0,00	237.207,19
Investimentos em curso	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	21.308.184,46	352.845,74	0,00	0,00	0,00	21.661.030,20

Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	2.755.403,58	394.731,42	0,00	0,00	0,00	3.150.135,00
Equipamento básico	7.189.723,05	1.010.813,48	0,00	0,00	0,00	8.200.536,53
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	122.992,83	2.119,82	0,00	0,00	0,00	125.112,65
Outros activos fixos tangíveis	214.997,72	7.102,58	0,00	0,00	0,00	222.100,30
	10.301.298,37	1.414.767,30	0,00	0,00	0,00	11.716.065,67

	2017					Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 01/01/2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	
Activo fixo tangível:						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e outras construções	8.936.798,63	0,00	0,00	0,00	0,00	8.936.798,63
Equipamento básico	12.080.169,26	361.582,05	0,00	0,00	0,00	12.441.751,31
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	129.673,93	15.981,00	0,00	0,00	0,00	145.654,93
Outros activos fixos tangíveis	237.207,19	5.606,58	0,00	0,00	0,00	242.813,77
Investimentos em curso	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	21.661.030,20	383.169,63	0,00	0,00	0,00	22.044.199,83

Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.150.135,00	397.249,64	0,00	0,00	0,00	3.547.384,64
Equipamento básico	8.200.536,53	1.016.358,89	0,00	0,00	0,00	9.216.895,42

Handwritten signatures and initials.

Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	125.112,65	2.666,06	0,00	0,00	0,00	127.778,71
Outros activos fixos tangíveis	222.100,30	7.260,44	0,00	0,00	0,00	229.360,74
	11.716.065,67	1.423.535,03	0,00	0,00	0,00	13.139.600,70

Os valores incluídos na rubrica de “Investimentos em Curso” referem-se às seguintes rubricas:

Ativo fixo tangível em curso

(Valores em euros)

RUBRICAS	Valor
Cobertura zona armazenamento do composto	7.000,00
Total	7.000,00

No âmbito da transição para o SNC, reportada a 1 de janeiro de 2010, a Empresa reviu as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis tendo concluído que um conjunto de viaturas pesadas apresentava contabilisticamente valores de depreciações acumuladas superiores aos que seriam adequados em função do seu estado de uso. Nesta conformidade, as amortizações acumuladas foram ajustadas retrospectivamente para que o seu valor contabilístico traduzisse as correspondentes novas vidas úteis esperadas. Tal procedimento teve um efeito positivo no Ativo e no Capital Próprio (Resultados Transitados) de 607.140 euros. No final do período, o montante da revalorização ainda não depreciado ascende a 22.625 euros que corresponde a mais um ano de depreciação (ano 2018).

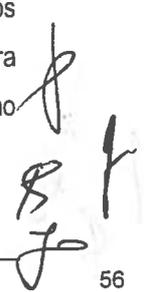
Adicionalmente foram revalorizados um conjunto de bens, que já se encontravam totalmente depreciados, cujo efeito no Ativo fixo tangível e nos capitais próprios foi de 118.340 euros. No final do período, o total do montante revalorizado encontrava-se totalmente depreciado.

8. Investimentos Financeiros

Os depósitos a prazo em instituições financeiras, com maturidade até 1 ano, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentam a seguinte liquidez:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Depósito a prazo 2016	2.332.500,00	0,00	0,00	2.332.500,00
Depósito a prazo 2017	2.332.500,00	0,00	-812.500,00	1.520.000,00

Embora, individualmente, as aplicações financeiras tenham uma maturidade inferior a 12 meses e como tal, sem outros condicionalismos, o saldo total deveria ser apresentado no ativo corrente, tratando-se de um fundo constituído para fazer face aos encargos com o encerramento e monitorização do aterro durante 30 anos o saldo está apresentado no



ativo não corrente por ser esse o melhor enquadramento em função da sua maturidade, asserção que é sustentada pela característica qualitativa da “substância sobre a forma”.

9. Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o princípio do acréscimo (ver nota 19)

10. Imparidade de ativos

a) Quantia de perdas e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período

Imparidades Acumuladas	31/dez/17	31/dez/16
Cientes		
Saldo a 1 de Janeiro	40.870,05	40.870,05
Perdas	0,00	0,00
Reversões	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo a 31 de Dezembro	40.870,05	40.870,05

11. Inventários

a) Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). O método de custeio usado é o custo médio ponderado.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor entre o custo médio de aquisição ou de realização.

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

P. S.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Materias primas subsidiárias e de consumo	16.572,51	20.875,41
	16.572,51	20.875,41
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	16.572,51	20.875,41

c) Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o custo das vendas evoluiu da seguinte forma:

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	20.875,41	0,00	20.875,41	7.350,10	0,00	7.350,10
Regularizações (quebra)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	338.936,08	0,00	338.936,08	322.473,81	0,00	322.473,81
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>16.572,51</u>	<u>0,00</u>	<u>16.572,51</u>	<u>20.875,41</u>	<u>0,00</u>	<u>20.875,41</u>
Custo de vendas	<u>343.238,98</u>	<u>0,00</u>	<u>343.238,98</u>	<u>308.948,50</u>	<u>0,00</u>	<u>308.948,50</u>

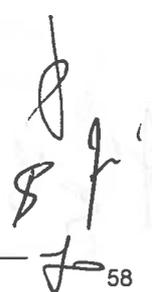
12. Rédito

a) Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

Tal como descrito na nota 3 deste anexo, o rédito de vendas e prestações de serviços é registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. O rédito de juros provenientes da aplicação de dinheiro é reconhecido utilizando o método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

As vendas, prestações de serviços e juros nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:



	2017			2016		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	1.189.351,11	0,00	1.189.351,11	1.043.693,79	0,00	1.043.693,79
Prestação de serviços	2.641.975,64	0,00	2.641.975,64	2.619.663,66	0,00	2.619.663,66
	3.831.326,75	0,00	3.831.326,75	3.663.357,45	0,00	3.663.357,45
Juros	9.103,95	0,00	9.103,95	26.049,45	0,00	26.049,45

13. Provisões e passivos contingentes

Conforme é referido na nota 3, a Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

Provisões para outros riscos e encargos

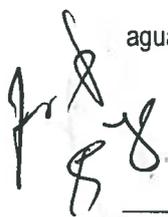
A evolução das provisões para Outros riscos e encargos é como segue:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
29 - Provisões				
29501 - Selagem do aterro	713.806,09	0,00	0,00	713.806,09
29502 - Monitorização pós encerramento do Aterro	487.362,55	0,00	0,00	487.362,55
Total	1.201.168,64	0,00	0,00	1.201.168,64

Passivos Contingentes

A ACORIL construiu o edifício sede da Ambilitat (Empresa). A faturação feita por aquela à Empresa foi cedida à sociedade de Caixa Leasing, Factoring (CLF) a que a Empresa pagava. Com a insolvência da ACORIL, a Empresa, a exigência do administrador da Insolvência, pagou as faturas em dívida à Massa insolvente, no pressuposto de se tratarem de ativos da ACORIL a realizar. Em 15/01/13, a CLF veio reivindicar o pagamento das respetivas faturas cedidas e não pagas pela Empresa, no montante de 1.504.540€, mais juros, processo em que a Empresa foi absolvida (1ª instância) pelo fato do tribunal se ter declarado incompetente para julgar a ação.

A CLF recorreu para o TAF Lisboa (proc. 1604/14.0BELSB) com uma ação de igual valor com juros incluídos (2.566.733,90€). Segundo informação prestada pelo jurista, reportada à situação em 31/12/17, o Tribunal acha-se, também, incompetente para decidir a ação. As partes pronunciaram-se, sendo o último requerimento datado de 7/3/16, aguardando-se despacho judicial.



A Empresa como medida prudencial, intentou ação contra a Massa insolvente em 29/01/15, no valor das faturas pagas (1478007,79€) no sentido de recuperar o dinheiro que a Massa possui, e devolvê-lo à CLF (proc.784/06.2TYLSB-CS). Na audiência prévia marcada para 29/01/18 foi tentada a conciliação entre as partes, a qual se mostrou impossível uma vez que as partes mantêm as posições assumidas em sede de articulados. Não obstante a juiz convidou a Ré a aperfeiçoar a contestação no sentido de esclarecer algumas alegações e factos.

A Empresa não constitui provisão para processo porque a exigência de pagamento à massa insolvente é de obrigatoriedade legal, nos termos do CIRE. Além disso, na atual situação do processo que corre contra a Empresa, descrita acima, não estão reunidas as condições normativas necessárias à constituição da provisão.

14. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

a) Política contabilística adoptada para os subsídios e outros apoios de entidades públicas, incluindo os métodos de apresentação adotados nas Demonstrações Financeiras

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

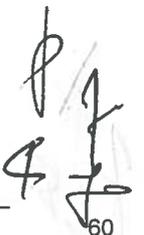
Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. No exercício não houve subsídios desta natureza.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

b) Natureza e extensão dos subsídios e outros apoios de entidades públicas reconhecidos nas Demonstrações Financeiras

Em 31.12.2017, o saldo da conta “Outras variações no capital próprio”, no total de 3.388.307,55 €, comporta o remanescente dos incentivos ao investimento ainda não transferidos para resultados e recebidos no âmbito dos programas de apoio (4.372.009,67 €), deduzido dos respetivos impostos diferidos (983.702,12 €).

As transferências para “Outros rendimentos e ganhos” das quotas-partes dos subsídios correspondentes às depreciações dos bens subsidiados no âmbito destes incentivos foram:

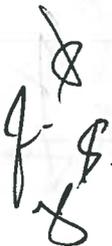


	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Imputação de Subsídios ao investimento	816.584,04	871.456,51
	<u>816.584,04</u>	<u>871.456,51</u>

A AMBITAL realizou três projetos que foram alvo de candidaturas no âmbito do PORA (QCA III), um projeto apoiado pelo POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) e tem oito projetos aprovados pela CCDR - Alentejo no âmbito do PORA / Inalentejo, os quais já se encontram em funcionamento:

- a) Projeto de investimento "Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro";
- b) Projeto de investimento "Construção/adaptação da ETAL";
- c) Projeto de investimento "Sistema de Monitorização de Ecopontos" que consiste em Investimentos complementares de equipamentos e software no Sistema de Recicláveis e investimento num sistema, em formato de experiência piloto, de recolha e encaminhamento de RUB's";
- d) Projeto de investimento "Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos";
- e) Projeto "Produção de Combustível Derivado do Resíduo";
- f) Ecocentro de Sines;
- g) Automatização da Linha de Triagem;
- h) Optimização da Recolha selectiva;
- i) Aproveitamento do Biogás;
- j) Sistema de Recolha de óleos usados;
- k) Optimização da rede de recolha selectiva de vidro e implementação de rede de recolha selectiva de rolhas de cortiça;
- l) Construção de zona de armazenamento Triagem Automática.

Todos os projetos de investimento encontram-se totalmente realizados e integralmente pagos pelas entidades cofinanciadoras. Para todos os projetos foram assinados contratos-programa ou contratos de comparticipação financeira.



Para o projeto “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro” foram aprovadas participações de 70% por parte da CCDR e 10% por parte do INR (os 10% do INR não englobam a parte do projeto que diz respeito aos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro). Os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações do projeto são apresentados na tabela da página seguinte:

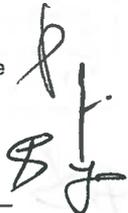
ANO 2017

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-17	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2017	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
C.Triagem e Edif. Administrativo	1.610.648,90	1.205.867,75	628.347,15	52,11%	89.763,88	7,44%	728.518,35	22.025,60	469.828,61
Equipamentos C.Triagem e Edif.Administ.		674.509,63	472.156,74	70,00%	67.450,96	10,00%	674.509,63	0,00	539.607,70
Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's	2.252.000,00	1.823.491,71	1.094.483,72	60,02%	156.354,82	8,57%	1.116.888,67	62.541,93	766.138,60
Equipamentos das ETL's e ERAR's		369.897,09	164.982,57	44,60%	23.568,94	6,37%	369.897,09	0,00	188.551,51
Ecopontos	596.416,25	418.305,00	292.687,50	69,97%	41.812,50	10,00%	418.305,00	0,00	334.500,00
Viatura Multifunções		53.600,00	37.520,00	70,00%	5.360,00	10,00%	53.600,00	0,00	42.880,00
Viaturas	1.088.692,44	1.039.468,30	727.627,81	70,00%	103.946,83	10,00%	1.039.468,30	0,00	831.574,64
Campanha de sensibilização	204.059,29	221.949,95	142.841,50	64,36%	20.405,93	9,19%	221.949,95	0,00	163.247,43
Fiscalização	87.112,26	53.695,54	35.533,75	66,18%	5.076,25	9,45%	33.245,20	2.030,50	25.139,29
Estudo Económico/Financeiro	107.000,00	8.400,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.400,00	0,00	0,00
Estudo dos Circuitos de Recolha		24.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24.000,00	0,00	0,00
Equipamento de Transporte	94.500,00	94.500,00	66.150,00	70,00%	-	-	94.500,00	0,00	66.150,00
Camião articulado	170.600,00	170.600,00	119.420,00	70,00%	-	-	170.600,00	0,00	119.420,00
Contentores	21.750,00	21.750,00	15.225,00	70,00%	-	-	21.750,00	0,00	15.225,00
Queimador de Biogás	69.690,00	69.690,00	48.783,00	70,00%	-	-	69.690,00	0,00	48.783,00
Pá de Rastos	167.000,00	167.000,00	116.900,00	70,00%	-	-	167.000,00	0,00	116.900,00
Compressor	1.470,00	1.470,00	1.029,00	70,00%	-	-	1.470,00	0,00	1.029,00
Abrigo Sombreador	1.500,00	1.500,00	1.050,00	70,00%	-	-	1.500,00	0,00	1.050,00
Telas para Abrigo sombreador	1.086,25	1.086,25	760,38	70,00%	-	-	1.086,25	0,00	760,38
	6.473.525,39	6.420.781,22	3.965.498,13	-	513.740,11	-	5.216.378,44	86.598,03	3.730.785,17

Notas:

• A rubrica do investimento “Fiscalização” foi, em termos de Imobilizado, incluída nas rubricas “C.Triagem e Edif. Administrativo” e “Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's”, ou seja, foi contabilizada na conta 422 e amortizada de acordo com estas ultimas.



- No valor das quatro primeiras rubricas (2 empreitadas) e na rubrica "fiscalização" foram incluídos os valores referentes à revisão de preços apenas encerrada em 2006.
- Do valor executado da rubrica Equipamentos das ETL's e ERAR's foram retirados 49.307,50 referente à venda de 5 trituradoras de resíduos.
- Em 2008 foi efectuada uma reprogramação da candidatura o que originou o aumento do investimento elegível e consequentemente do valor participado. Dessa forma foi efectuado o registo contabilístico dessa alteração tendo sido transferido para o resultado do exercício o valor correspondente às amortizações dos equipamentos efectuadas em 2008, acrescido da correcção referente aos exercícios anteriores, uma vez que esta alteração (reprogramação) também afectou esses exercícios.
- Em 2011 a rubrica das viaturas foi corrigida no valor do subsídio transferido para o resultado do período e daí o valor negativo apresentado

O valor total da participação aprovada, no valor de **4.479.238,24 euros**, encontra-se totalmente liquidada.

Para o projeto "Construção/adaptação da ETAL" foram aprovadas participações de 68,46% por parte da CCDR e 9,78% por parte do INR. O projeto entrou em funcionamento em Junho de 2008 e os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

ANO 2017

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-17	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2017	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
Construção/Adaptação da ETAL	750.000,00	749.959,86	513.439,26	68,46%	73.348,47	9,78%	718.711,53	58.678,77	562.338,53
	750.000,00	749.959,86	513.439,26	-	73.348,47	-	718.711,53	58.678,77	562.338,53

O valor total da participação aprovada, no valor de **586.787,73 euros** encontra-se totalmente liquidada.

Para o projeto "Sistema de Monitorização de Ecopontos" foi aprovada uma participação de 50% por parte da CCDR. O projeto foi totalmente executado durante o primeiro semestre de 2008 entrando em funcionamento no segundo semestre e os valores do Investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

Ano 2017

(Valores em euros)

Rubricas da candidatura	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados		Amortizações acumuladas em 31-12-17	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2017	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%			
Software de gestão de frotas (1)	32.462,00	24.029,34	12.014,67	50,00%	24.029,34	0,00	12.014,67
Equipamento para georeferenciação de ecopontos e recolha de informação (1)	15.667,78	18.572,05	9.286,03	50,00%	18.572,05	0,00	9.286,03
Software de gestão de resíduos (1)	14.650,00	13.250,00	6.625,00	50,00%	13.250,00	0,00	6.625,08
Viatura de 19 ton para recolha de RUB's	165.000,00	154.000,00	77.000,00	50,00%	146.299,62	0,00	77.000,00
Contentores de 240 L e de 120 L	50.738,00	36.900,00	18.450,00	50,00%	36.900,00	0,00	18.450,00
Contentores de ecopontos	39.000,00	42.490,00	21.245,00	50,00%	42.490,00	0,00	21.245,00
Adaptação das superestruturas de recolha de recicláveis	300.000,00	298.500,00	149.250,00	50,00%	283.575,00	0,00	149.250,00
Campanha de sensibilização	31.800,00	25.382,00	12.691,00	50,00%	25.382,00	0,00	12.691,00
	649.317,78	613.123,39	306.561,70	-	590.498,01	0,00	306.561,78



A comparticipação aprovada no valor de **306.561,70** euros encontra-se totalmente liquidada.

O projeto “Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos” aprovado no âmbito do POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) no 2º semestre de 2008, previa um investimento de, aproximadamente, 5.166.566,68 euros e uma comparticipação no valor de 4.357.137,35 euros. Após várias reprogramações financeiras, o valor total e final elegível passou para **5.131.205,64 €** e o montante total da comparticipação para **4.361.524,80 €**.

Para o projeto, em apreço, apresenta-se os respetivos subsídios e amortizações:

ANO 2017

(Valores em euros)

Descrição	Valor do Ativo Imobilizado	Aprovado/ Elegível	Taxa compartic.	Amortizações Acumuladas em 31/12/2017	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2017	Subsídio transferido para o resultado acumulado
FISCALIZAÇÃO EMPREITADA (FUNGISTEEL)	17.100,00 €	17.100,00 €	85,00%	4.845,00 €	726,75 €	4.118,20 €
PROJECTOS DE EXECUÇÃO (1ª EMPREITADA)	4.980,00 €	4.980,00 €	85,00%	1.411,00 €	211,65 €	1.199,40 €
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA (IRMÃOS CAVACO)	2.072.069,20 €	2.072.069,20 €	85,00%	587.086,16 €	88.062,94 €	499.023,37 €
TRABALHOS DA EMPRESA METROCOMPOST PARA FUNCIONAMENTO DA UTM	2.792.592,44 €	2.792.592,44 €	85,00%	1.978.086,00 €	296.712,95 €	1.681.373,50 €
EMPILHADOR	73.700,00 €	73.700,00 €	85,00%	69.577,60 €	10.436,66 €	59.141,11 €
VIATURA MERCEDES - BENZ 29-JB-59	127.500,00 €	127.500,00 €	85,00%	72.250,00 €	10.837,50 €	61.412,47 €
CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO	43.264,00 €	43.264,00 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	36.774,38 €
TOTAIS	5.131.205,64 €	5.131.205,64 €	-	2.713.255,76 €	406.988,44 €	2.343.042,43 €

Notas:

- Houve uma alteração no valor elegível passando a taxa de comparticipação de 84,33% para 85%.

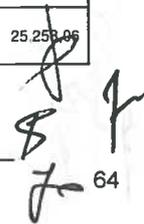
A comparticipação aprovada no valor de **4.361.524,80** euros encontra-se totalmente liquidada.

Em relação às últimas oito candidaturas encontram-se totalmente executadas. Os valores do investimento, respetivos subsídios e amortizações são os seguintes:

ANO 2017

(Valores em euros)

Projeto	Rubrica da candidatura	Valor Aprovado	Valor do Investimento	Subsídios Contratados		Amortizações acumuladas em 31-12-17	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2017	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
				FEDER	%			
Recolha óleos	Viatura recolha óleos 94-JN-56	39.448,83	39.448,83	23.937,55	60,68%	26.956,68	2.393,76	16.357,31
Recolha óleos	Oleão Ecobox PF 360	41.625,00	41.625,00	25.258,05	60,68%	41.625,00	0,00	25.258,05



Recolha óleos	Depósitos p/ óleos alimentares c/ tampa 30 LI	2.520,00	2.520,00	1.529,14	60,68%	2.520,00	0,00	1.529,13
Triagem automática	Equipamentos sistema triagem automática	694.500,00	735.000,00	395.865,00	53,86%	612.500,00	49.483,12	329.887,49
Rede de Biogás	Rede de Biogás	192.350,00	192.350,00	149.513,66	77,73%	74.134,68	9.344,60	57.624,94
Optimização das Redes de Recolha Seletiva	Viatura 96-ML-87	109.000,00	109.000,00	69.836,30	64,07%	64.491,43	6.983,63	41.319,70
Ecocentro de Sines	Viatura Iveco 93-MN-84	100.495,00	100.495,00	60.166,36	59,87%	57.784,74	6.016,64	34.595,70
Ecocentro de Sines	Trabalhos de Construção Civil	308.184,89	312.057,04	184.510,28	59,13%	78.014,40	9.225,51	46.127,62
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-51	169.900,00	169.900,00	139.114,99	81,88%	84.949,80	13.911,50	69.557,36
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-52	169.900,00	169.900,00	139.114,99	81,88%	84.949,80	13.911,50	69.557,36
Ecocentro de Sines	1 Bâscula	14.240,00	14.240,00	8.525,49	59,87%	8.899,80	1.065,69	5.328,35
Ecocentro de Sines	2 prensas com tremonha	50.975,00	50.975,00	30.518,73	59,87%	31.859,40	3.814,84	19.074,21
Ecocentro de Sines	9 contentores abertos de 30 m3	33.975,00	33.975,00	20.340,83	59,87%	24.258,00	2.905,83	14.524,46
Ecocentro de Sines	2 contentores fechados de 30 m3	9.550,00	9.550,00	5.717,59	59,87%	6.819,00	816,80	4.082,80
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	200 contentores para deposição de rolhas de cortiça	9.000,00	9.000,00	7.369,25	81,88%	9.000,00	0,00	7.369,25
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	100 contentores para deposição de embalagens de vidro	44.700,00	44.440,32	36.387,96	81,88%	44.440,32	0,00	36.387,96
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Construção Civil Ecocentro p/ fluxo de vidro	198.734,15	198.734,87	162.725,12	81,88%	44.715,24	8.136,26	36.613,09
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	150 Ecopontos	189.599,65	189.599,65	121.476,50	64,07%	189.599,65	0,00	121.464,34
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	Veículo lavagem de ecopontos	83.000,00	83.000,00	53.178,10	64,07%	37.350,18	5.317,81	23.930,22
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	5 Prensas fixas	54.650,00	54.650,00	35.014,26	64,07%	24.592,68	3.501,43	15.756,48
Optimização das Redes de Recolha Selectiva	6 Contentores fechados de 30 m ³	27.600,00	27.600,00	17.683,32	64,07%	17.735,76	2.526,19	11.364,31
Zona Triagem automática	Construção de zona Triagem automática	294.956,99	294.956,99	211.910,63	71,84%	44.243,64	10.595,53	31.786,59
		2.838.904,51	2.883.017,70	1.899.694,08	-	1.611.440,20	149.950,63	1.019.496,74

Notas:

- Houve uma alteração no valor elegível das seguintes componentes passando a taxa de comparticipação de 85,00% para 81,88%.

- Viatura Volvo 93-NG-51
- Viatura Volvo 93-NG-52
- 200 Contentores para deposição de rolhas de cortiça
- 100 Contentores para deposição de embalagens de vidro
- Construção Civil Ecocentro p/ fluxo de vidro

- Houve uma alteração no valor elegível da componente "Construção de zona Triagem automática" passando a taxa de comparticipação de 85,00% para 71,84%.

As comparticipações financeiras aprovadas no valor total de **1.899.694,08** euros encontram-se totalmente liquidadas.





O projeto "Produção de Combustível Derivado do Resíduo" aprovado no âmbito do POVT – Programa Operacional de Valorização do Território (QREN), previa um investimento de 1.398.359,59 euros e uma comparticipação no valor de 1.188.605,65 euros, tendo sido executados e aprovado o valor de **1.250.095,45 euros** e atribuída uma comparticipação de **1.062.581,11 euros**.

Para o projeto em apreço apresentam-se os respetivos subsídios e amortizações:

ANO 2017

(Valores em euros)

Descrição	Valor do Ativo Imobilizado	Aprovado/Elegível	Amortizações Acumuladas em 31/12/2017	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2017	Subsídio transferido para o resultado acumulado
FISCALIZAÇÃO EMPREITADA (A. Cordeiro)	4.350,00	4.350,00 €	688,94 €	184,93 €	585,60 €
EXECUÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE	19.990,00	19.990,00 €	3.165,02 €	849,56 €	2.690,26 €
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA	206.976,95	206.976,95 €	32.770,92 €	8.796,48 €	27.855,28 €
TRABALHOS DA EMPRESA ELECTROGRANDA	68.928,50 €	68.928,50 €	27.284,38 €	7.323,70 €	23.191,73 €
MITUBISHI CANTER DUONIC COM GRUA E GARRA 79-OE-72	66.500,00 €	66.500,00 €	21.058,46 €	5.652,53 €	17.899,69 €
CHASSIS DE CARGA VOLVO - 22-OE-44	108.000,00 €	108.000,00 €	34.200,00 €	9.180,00 €	29.070,00 €
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO - PLASMAQ	682.350,00 €	682.350,00 €	270.096,92 €	72.499,66 €	229.582,39 €
FORNECIMENTO E ADAPTAÇÃO SISTEMA DE TRATAMENTO - PLASMAQ	93.000,00 €	93.000,00 €	36.812,64 €	9.881,25 €	31.290,75 €
TOTAIS	1.250.095,45 €	1.250.095,45 €	426.077,28 €	114.368,11 €	362.165,70 €

A comparticipação aprovada no valor de **1.062.581,11 euros** encontra-se totalmente liquidada.

Em 2015, a AMBILITAL elaborou e submeteu duas candidaturas adicionais. Essas candidaturas, apresentadas no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020, foram aprovadas em Outubro de 2017 com as seguintes condições:

- Candidatura "Ampliação e otimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos", com um investimento elegível de 4.995.901,11 euros, co-financiada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado a 21 de novembro de 2017;
- Candidatura "Otimização e ampliação da rede de recolha seletiva", com um investimento elegível de 4.007.215,44 euros, co-financiada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado em 21 de novembro de 2017.

15. Imposto sobre o rendimento

a) Principais componentes de gastos de impostos

A estimativa de imposto corrente é de 127.974,14 euros em 2017 e foi de 56.112,47 euros em 2016 e inclui o IRC derivado da aplicação da taxa de 21%, as tributações autónomas e a derrama.

b) Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa se encontra fixada em 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		2017			2016				
		Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	1	-	412.048,99			362.952,63		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	2	-	117.792,88			103.772,09		
	Resultado antes de impostos	3 = 1 + 2	3	529.841,87		-	466.724,72		-
Ajustamentos para o lucro tributável (Diferenças definitivas)	A acrescentar	4		46.656,33			11.205,37		
	A deduzir	5		21.831,86			- 24.029,04		
	A acrescentar	6							
	A deduzir	7							
Lucro/(Prejuízo fiscal)	8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7			554.666,34	21,00%	-	453.901,05	21,00%	-
Dedução de perdas fiscais	9								
Matéria coletável / colecta	10 = 8 - 9			554.666,34	21,00%	116.479,93	453.901,05	21,00%	95.319,22
Benefícios Fiscais	11								47.659,61
IRC Liquidado	12 = 10 - 11			554.666,34	21,00%	116.479,93	453.901,05	21,00%	47.659,61
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma	13		5.360,53	27,50%	1.474,15	-	27,50%	-
				17.000,60	10,00%	1.700,06	16.165,73	10,00%	1.616,57
				-	5,00%	-	555,48	5,00%	27,77
	Derrama	14		554.666,34	1,50%	8.320,00	453.901,05	1,50%	6.808,52
Imposto corrente		3	15 = 12 + 13 + 14			127.974,13			56.112,47
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média		3	16 = 15 / 3	529.841,87	24,15%	127.974,13	466.724,72	12,02%	56.112,47

c) Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:



Impacto na demonstração de resultados	2017	2016
Passivos por impostos diferidos	10.181,26	0,00

Impacto no passivo	2017	2016
Passivos por impostos diferidos	10.181,26	0,00

d) Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

Impacto na demonstração de resultados	2017	2016
Ativos por impostos diferidos	0,00	-47.659,61

Impacto no activo	2017	2016
Ativos por impostos diferidos	0,00	-47.659,61

Impacto no Capital Próprio	2017	2016
Ativos por impostos diferidos	308.044,04	308.044,04

16. Instrumentos financeiros

a) Clientes

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os saldos de Clientes são registados ao justo valor, sempre que necessário ajustado de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o justo valor no final do período.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	2017	2016
	Ativo	Ativo
Cientes		
Clientes conta corrente	702.576,99	578.436,03
Clientes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes letras descontadas	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	40.870,06	40.870,05
	743.447,05	619.306,08
Perdas por imparidade acumuladas	-40.870,05	-40.870,05
	702.577,00	578.436,03



No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a decomposição da rubrica de Clientes de cobrança duvidosa, é como se segue:

Nome	Valor
LUIS MANUEL RAPOSO GONÇALVES	1.466,37
ACORIL EMPREITEIROS SA	34.819,74
ANTORGIL LDA	351,20
MILRAMOS	25,26
COMFRATONIO CONSTRUÇÕES, LDA	13,53
OLIVO	20,35
YAROSCAR SHEHERBJAX	270,24
MAQUISUSI, LDA	775,07
ENERSOPRO, LDA	536,24
DIESELBASE ENERGIAS RENOVÁVEIS	1322,88
MARIA ESTRELLA	1269,18
TOTAL	40.870,06

b) Outras contas a receber

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os saldos de "Outros créditos a receber" são registados ao justo valor, sempre que necessário ajustado de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o justo valor no final do período.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	2017	2016
	Corrente/ Não Corrente	Corrente/ Não Corrente
Pessoal	0,00	276,93
Fornecedores	1.169,83	905,45
Subsídios (entidades gestoras)	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	1.191,00	1.977,51
Outros	1.762,61	1.831,17
	4.123,44	4.991,06
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	4.123,44	4.991,06

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não ocorreram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores".

c) Diferimentos



Em cumprimento do regime do acréscimo, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" ou "Diferimentos".

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos da rubrica "Diferimentos" foram como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Diferimentos (Ativo)		
Seguros	21.620,12	26.977,88
Outros gastos a reconhecer	1.040,36	2.704,55
	<u>22.660,48</u>	<u>29.682,43</u>
Diferimentos (Passivo)		
Operações de Selagem Aterro e Monitorização	816.964,61	816.964,61
Outros a reconhecer	0,00	0,00
	<u>816.964,61</u>	<u>816.964,61</u>

Os rendimentos a reconhecer resultam da alteração do procedimento contabilístico no âmbito das actividades futuras de selagem e monitorização do aterro após o encerramento cujos valores subjacentes foram provisionados até 2007 e a partir dessa data foram contabilizados como rendimento a reconhecer.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos bancários obtidos estão registados ao custo. São registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efectiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos apresentavam-se como segue:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	217.982,16	142.506,35	359.924,53	141.957,91
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>217.982,16</u>	<u>142.506,35</u>	<u>359.924,53</u>	<u>141.957,91</u>



Os financiamentos são classificados como passivo corrente ou não-corrente, consoante o prazo estabelecido para o seu pagamento não é, ou é, superior a 12 meses após a data de encerramento.

À data do balanço não existiam situações de incumprimento em financiamentos contraídos.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores encontram-se registadas ao justo valor.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	<u>175.330,10</u>	<u>185.713,63</u>
	175.330,10	185.713,63

f) Outras dívidas a pagar

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, os saldos de “Outras dívidas a pagar” são registadas ao justo valor.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outras dívidas a pagar”, evidenciada no passivo corrente e não corrente, tinha a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Corrente e não corrente</u>	<u>Corrente e não corrente</u>
Fornecedores de investimentos	185.608,24	0,00
Outros credores	983.950,28	1.167.840,16
Credores por acréscimo de gastos	467.225,43	435.786,60
Cientes c/c	0,00	0,00
	<u>1.636.783,95</u>	<u>1.603.626,76</u>

Fig 8

g) Capital próprio

g.1) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por duas quotas, num total de 3.600.000 €.

g.2) Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Os estatutos da empresa consideram uma dotação de 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal sendo que é nesta percentagem que a dotação tem sido efectuada.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado líquido de 2016 foi aplicado no reforço da reserva legal em 36.295,27 euros.

g.3) Reserva Livre

A reserva livre, cuja constituição foi decidida pelos sócios nas assembleias de aprovação de contas, pode ser utilizada livremente pelos mesmos.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado líquido de 2016 foi aplicado no reforço da reserva livre em 88.539,14 euros.

g.4) Resultados transitados

Os saldos a 1 de Janeiro e 31 de dezembro de 2017 e os movimentos ocorridos são os seguintes:

Explicação/Conta	561	5694	5695	5696	5698/9	TOTAL
Saldos Iniciais 2017	-38.726,46	0,00	67.875,00	-12.691,00	292.772,16	309.229,70
Remensuração ao Justo Valor						0,00
Ajustamento depreciação acumulada	45.480,00		-45.250,00			230,00
Transferência do montante dos Imp. Dif.	-10.181,26				10.181,26	0,00
Saldos Finais 2017	-3.427,72	0,00	22.625,00	-12.691,00	302.953,42	309.459,70

Valores positivos = Valor credor / Valores negativos = Valor devedor (valores em euros)



g.5) Outras variações de capital

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Outras Variações do Capital Próprio	2017	2016	Variação 2015/2016
Subsídios Recicláveis 70% CCDR	671.926,40	799.043,60	-15,91%
Subsídios Recicláveis 10% INR	100.988,96	119.148,56	-15,24%
Subsídios RSU 70% CCDR	0	0	-
Subsídios UTM 70% POVT	2.018.482,74	2.425.471,14	-16,78%
Subsídios OVER 50% CCDR	0	0,00	-
Subsídios 57% CCDR - PORA	880.196,30	1.030.146,98	-14,56%
Subsídios 85% POVT - CDR	700.415,27	814.783,43	-14,04%
Ajustamentos em subsídios	-983.702,12	-1.167.433,56	-15,74%
Total	3.388.307,55	4.021.160,15	-15,74%

Distribuições

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 atribuídos aos acionistas/sócios ascenderam a 238.118,23 euros.

17. Acontecimentos após a data do balanço

a) Autorização para emissão:

As Demonstrações financeiras preparadas pelos serviços foram aprovadas e subscritas pelo Conselho de Administração na data mencionada no Relatório de Gestão.

b) Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Após a data do Balanço, não foram recebidas quaisquer informações sobre factos suscetíveis de afectar as contas ou influenciar a sua apreciação.



18. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada.

19. Matérias ambientais

Apresenta-se de seguida os valores estimados e contabilizados dos custos a incorrer com a selagem do aterro e a sua monitorização após encerramento e respetivos ativos para fazer face a essa despesa:

(Valores em euros)	
Especialização dos custos com a selagem e monitorização do Aterro após encerramento	Valor
Provisões - 2002	108.000,00
Provisões - 2003	221.805,71
Provisões - 2004	229.617,33
Provisões - 2005	224.560,98
Provisões - 2006	417.184,62
Diferimento de proveitos (2007)	453.846,70
Diferimento de proveitos (2008)	363.117,91
Total	2.018.133,25

(Valores em euros)	
Activos para garantir a despesa	Valor
Deposito Bancário	1.520.000,00
Total	1.520.000,00

20. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, e o respetivo número, ventilado por categorias, foram como segue:




	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Remunerações do pessoal	720.508,66	720.400,32
Seguro de ac. de trab. e doenças profissionais	-11.439,92	-13.996,20
Encargos sobre remunerações	173.201,87	174.176,00
Outros gastos com pessoal	-54.612,14	-54.564,32
	<u>959.762,59</u>	<u>963.136,84</u>

	<u>31/dez/17</u>
Nº colaboradores	
Administrativas	2
Cantoneiros / Triadores	10
Operadores de Estação	12
Motoristas	17
Serralheiro/mecânico	1
Encarregados	4
Diretores	4
TOTAL	50

21. Outras informações

a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	0,00	108.563,12
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	281.779,67	173.232,83
Outros impostos e taxas	227,49	0,00
	<u>282.007,16</u>	<u>281.795,95</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	42.086,39	56.112,48
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	5.775,00	5.721,38
Segurança Social, CGA e ADSE	17.459,21	17.964,89
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>65.320,60</u>	<u>79.798,75</u>

P. J. S.

b) Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Conservação e reparação	-456.626,76	-461.969,12
Electricidade	-97.846,95	-98.879,69
Trabalhos especializados	-170.714,19	-176.974,37
Serviços bancários	-3.357,95	-2.928,05
Seguros	-33.927,69	-32.906,44
Combustíveis	-64.666,51	-54.472,78
Óleos e lubrificantes	-6.781,93	-16.995,50
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-53.593,23	-25.545,17
Despesas de representação	-83,30	-574,30
Comunicação	-4.579,13	-5.960,16
Rendas e alugueres	-96.649,81	-112.181,58
Deslocações e estadas	-4.159,05	-3.761,19
Publicidade e propaganda	-3.950,00	-223,00
Material de escritório	-2.219,18	-2.376,59
Honorários	0,00	-9.528,66
Limpeza, higiene e conforto	-9.456,03	-9.126,15
Outros	-15.918,57	-11.069,59
	<u>-1.024.530,28</u>	<u>1.025.472,34</u>

c) Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Alienações / Sinistros	10.826,44	6.080,00
Correcções relativas a períodos anteriores	7.769,44	7.284,71
Imputação do sub. para investimentos	816.584,04	871.456,51
Outros rendimentos e ganhos	4.033,73	170,00
Juros obtidos	9.103,95	26.049,45
	<u>848.317,60</u>	<u>911.040,67</u>



d) Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Impostos e taxas	-376.613,52	-366.454,98
Perdas em Inventários	-4.382,17	-677,59
Donativos	-100,00	
Quotizações	-11.000,00	-11.000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	-1.184,76	-10.005,49
Outros gastos e perdas	-413,74	-1.199,88
	<u>-393.694,19</u>	<u>-389.337,94</u>

e) Juros e gastos similares obtidos e suportados

Os juros e gastos similares obtidos e suportados, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-4.306,55	-5.754,35
Outros gastos e perdas de financiamento	-193,20	-256,13
	<u>-4.499,75</u>	<u>-6.010,48</u>

22. Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

a) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento na implementação do Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **86.598,03 euros**;

b) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento no Sistema de Tratamento de Lixiviado do Aterro Sanitário, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **58.678,77 euros**.

c) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A, no âmbito dos projetos candidatados ao Alentejo e que já se encontram em funcionamento foi de **149.950,63 euros**.





d) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pelo POVT/QREN, no âmbito do Investimento na implementação de uma Unidade de Tratamento Mecânico por Compostagem, revelado nas contas foi de **406.988,44 euros**.

e) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pelo POVT/QREN, no âmbito do Investimento na implementação de uma Unidade de Produção de Combustível Derivado do Resíduo, revelado nas contas foi de **114.368,16 euros**.

f) Foram considerados benefícios fiscais de acordo com as seguintes tabelas:

Benefícios Fiscais utilizados	Acréscimo de custos	Poupança IRC
Donativo - Estatuto do Mecenato (Decreto-Lei n.º 74/99)	0,00	0,00
Criação de emprego - EBF (Artigo 19º do EBF)	21.831,86	4.912,17
Redução da Taxa de IRC - EBF (nº1, alínea a) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Criação líquida postos trabalho - EBF (nº1, alínea d) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Amortizações - EBF (nº1, alínea c) do Artigo 43 do EBF)	0,00	0,00
Benefício Fiscal (Quotizações)	0,00	0,00
Total	21.831,86	4.912,17

g) O enquadramento legal desta empresa, durante o exercício de 2016 encontrava-se descrito na Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto (Regime Jurídico da Actividade Local e das Participações Locais) actualmente em vigor.

h) A empresa tem a sua situação regularizada perante os trabalhadores da empresa.

i) Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possuía responsabilidades com uma garantia prestada a favor da Comissão Coordenadora e de Desenvolvimento do Alentejo, no valor de 82.500 euros, para além das registadas no balanço.

23. Proposta de aplicação dos resultados

A Administração propõe que o resultado líquido apurado no final do exercício de 2017, no montante de 412.048,99 euros, tenha a seguinte aplicação:

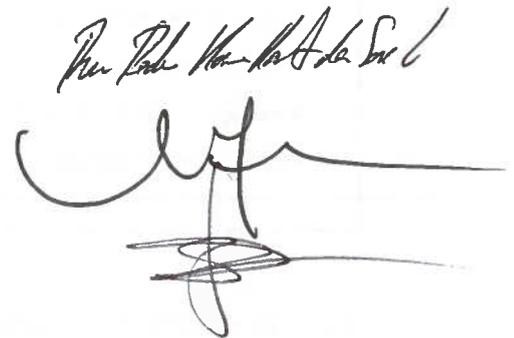
- Reserva Legal (10%)	€ 41.204,90
- Reservas Livres	€ 121.807,85
- Distribuição de Resultados aos sócios	€ 249.036,24

Ermidas Sado, 23 de fevereiro de 2018.

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)



O Conselho de Administração





ambilital

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



**continuamos
A CRESCER**

MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS DE 2017

[Handwritten signature]
80



Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, E.M.
 Empresa Intermunicipal
 Monte Novo das Moedas - Ermidas Sado - Santiago do Cacém
 Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém
 NIPC 925.255.391
 Capital 820 al. € 3.600.000

MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO DE 2017

Imobilizado Corpóreo	Investimento TOTAL	Investimento períodos anteriores	Previsto p/2017	Executado	Devído	Justificação
Edifícios e Outras Construções	8.850.000,00	0,00	5.850.000,00	127.800,00	-5.722.200,00	---
Amplicação e optimização da UTMB e UCDR	8.450.000,00	0,00	5.450.000,00	127.800,00	-5.322.200,00	Investimento em curso
Valorização de biogás e ampliação unidade CVE - PT	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	-300.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Remodelação da ET Grândola	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Remodelação da ET Alcácer do Sal	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Equipamentos Exploração	4.867.080,55	0,00	3.281.000,00	253.080,55	-3.027.919,45	---
Eq. Multifunções / Compostagem	200.000,00	0,00	100.000,00	87.000,00	-33.000,00	Investimento concluído.
Optimização da rede de recolha selectiva	4.100.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	-3.000.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Contentores RSU	50.000,00	0,00	25.000,00	0,00	-25.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Incentivo à compostagem (triturador + compostores)	176.000,00	0,00	28.000,00	0,00	-28.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Viaturas de transferência usadas (2)	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Viatura de Transporte Usada - Tractor + pisos móveis (3)	105.000,00	0,00	80.000,00	0,00	-80.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Reboques	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	21.000,00	Investimento não previsto em orçamento
Contentores Recicláveis	14.383,00	0,00	0,00	14.383,00	14.383,00	Investimento não previsto em orçamento
Separador Magnético para CDR's	15.930,00	0,00	0,00	15.930,00	15.930,00	Investimento não previsto em orçamento
PÁ de Rodas KOMATSU (usada)	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00	Investimento não previsto em orçamento
Grande reparação na PÁ Rastos	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00	Investimento não previsto em orçamento
Motores e Chamaceiras p/ tapetes UTM	8.013,55	0,00	0,00	8.013,55	8.013,55	Investimento não previsto em orçamento
Tapetes p/afinação Composto	1.774,00	0,00	0,00	1.774,00	1.774,00	Investimento não previsto em orçamento
Quadro Electrico p/Moinho (CDR)	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	Investimento não previsto em orçamento
Equipamento Administrativo	26.900,00	0,00	4.000,00	7.681,00	3.681,00	---
Mobiliário diverso	10.000,00	0,00	2.000,00	0,00	-2.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Material Informático diverso	10.000,00	0,00	2.000,00	7.681,00	5.681,00	Investimento concluído.
Outros activos	360.000,00	0,00	40.000,00	14.108,08	-25.891,92	---
Ferramentas e utensílios diversos	25.000,00	0,00	5.000,00	14.108,08	9.108,08	Investimento concluído.
Sensibilização e comunicação	335.000,00	0,00	35.000,00	0,00	-35.000,00	Investimento não realizado - previsão de investimento para 2018/19
Total do Investimento no Exercício	14.097.080,55	0,00	9.175.000,00	402.669,63	-8.772.330,37	

Ermidas Sado, 23 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

O Conselho de Administração

